Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012 8

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011 9

Demonstração do Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 12

Demonstração do Resultado 14

Demonstração do Resultado Abrangente 15

Demonstração do Fluxo de Caixa 16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012 18

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011 19

Demonstração do Valor Adicionado 20

Comentário do Desempenho 21

Notas Explicativas 45

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 104

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	558.699
Preferenciais	0
Total	558.699
Em Tesouraria	
Ordinárias	12
Preferenciais	0
Total	12

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	16/03/2012	Dividendo	28/03/2012	Ordinária		0,09206

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.958.438	1.901.726
1.01	Ativo Circulante	366.115	234.198
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	280.651	87.066
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.666	13.620
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	13.666	13.620
1.01.07	Despesas Antecipadas	615	96
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	71.183	133.416
1.01.08.03	Outros	71.183	133.416
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Proprio a receber	69.245	133.157
1.01.08.03.03	Outros Creditos	1.938	259
1.02	Ativo Não Circulante	1.592.323	1.667.528
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.166	9.152
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	36	36
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	36	36
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.130	9.116
1.02.01.09.03	Depositos Judiciais	9.130	9.116
1.02.02	Investimentos	1.578.226	1.653.352
1.02.02.01	Participações Societárias	1.578.226	1.653.352
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.332.389	1.407.312
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	245.837	246.040
1.02.03	Imobilizado	4.843	4.932
1.02.04	Intangível	88	92

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.958.438	1.901.726
2.01	Passivo Circulante	15.656	16.989
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.522	5.505
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.522	5.505
2.01.02	Fornecedores	2.263	2.088
2.01.03	Obrigações Fiscais	280	316
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	280	316
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuicoes	280	316
2.01.05	Outras Obrigações	8.591	9.080
2.01.05.02	Outros	8.591	9.080
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	8.591	9.080
2.02	Passivo Não Circulante	2.652	2.677
2.02.03	Tributos Diferidos	2.652	2.677
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.652	2.677
2.03	Patrimônio Líquido	1.940.130	1.882.060
2.03.01	Capital Social Realizado	1.320.549	1.320.549
2.03.02	Reservas de Capital	33.298	31.224
2.03.04	Reservas de Lucros	478.856	530.287
2.03.04.01	Reserva Legal	90.751	90.751
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	388.105	439.536
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	107.427	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	105.262	82.286
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.932	-8.618
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	33	24
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	120.161	90.880
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	105.262	82.286
3.06	Resultado Financeiro	2.117	10.048
3.06.01	Receitas Financeiras	2.801	10.062
3.06.02	Despesas Financeiras	-684	-14
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	107.379	92.334
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	48	-752
3.08.01	Corrente	23	-777
3.08.02	Diferido	25	25
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	107.427	91.582
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	107.427	91.582
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,18635	0,16392

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	107.427	91.582
4.03	Resultado Abrangente do Período	107.427	91.582

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-15.424	1.474
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-11.858	1.983
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuicao social	107.379	92.334
6.01.01.02	Depreciacao e amortizacao	275	286
6.01.01.03	Premios de opcoes	559	243
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	-120.161	-90.880
6.01.01.06	Amortização de ágio em investimentos	75	0
6.01.01.07	Baixa do ativo propriedades para investimentos, imobilizado e intangível	15	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.566	-509
6.01.02.01	Tributos a recuperar	-46	-442
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-519	-64
6.01.02.03	Depositos Judiciais	-14	-156
6.01.02.05	Outros creditos	-1.679	-988
6.01.02.06	Fornecedores	175	-273
6.01.02.07	Obrigacoes sociais	-983	1.198
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuicoes a recolher	-36	9
6.01.02.09	Impostos pagos	0	-508
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-489	715
6.01.02.11	Tributos diferidos	25	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	258.925	1.279
6.02.01	Dividendos recebidos	259.096	1.402
6.02.02	Aquisicao de imobilizado e intangivel	-69	-123
6.02.03	Investimento em Controladas	-102	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-49.916	0
6.03.01	Pagamento de ações em tesouraria	1.856	0
6.03.02	Opções outorgadas	-341	0
6.03.03	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-51.431	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	193.585	2.753
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	87.066	370.287
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	280.651	373.040

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	31.224	530.287	0	0	1.882.060
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	31.224	530.287	0	0	1.882.060
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.074	-51.431	0	0	-49.357
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.856	0	0	0	1.856
5.04.06	Dividendos	0	0	-51.431	0	0	-51.431
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	559	0	0	0	559
5.04.09	Opções Outorgadas	0	-341	0	0	0	-341
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	107.427	0	107.427
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	107.427	0	107.427
5.07	Saldos Finais	1.320.549	33.298	478.856	107.427	0	1.940.130

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	31.149	429.505	0	0	1.781.203
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	31.149	429.505	0	0	1.781.203
5.05	Resultado Abrangente Total	0	243	0	91.582	0	91.825
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	91.582	0	91.582
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	243	0	0	0	243
5.05.02.06	Premio de emissao de opcap de acoes	0	243	0	0	0	243
5.07	Saldos Finais	1.320.549	31.392	429.505	91.582	0	1.873.028

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	33	24
7.01.02	Outras Receitas	33	24
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.870	-3.826
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.870	-3.826
7.03	Valor Adicionado Bruto	-7.837	-3.802
7.04	Retenções	-275	-286
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-275	-286
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-8.112	-4.088
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	122.962	100.942
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	120.161	90.880
7.06.02	Receitas Financeiras	2.801	10.062
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	114.850	96.854
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	114.850	96.854
7.08.01	Pessoal	6.787	4.506
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.329	4.137
7.08.01.02	Benefícios	307	248
7.08.01.03	F.G.T.S.	151	121
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-48	752
7.08.02.01	Federais	-48	752
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	684	14
7.08.03.03	Outras	684	14
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	107.427	91.582
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	107.427	91.582

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	4.220.322	4.156.437
1.01	Ativo Circulante	922.631	877.632
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	612.287	604.551
1.01.02	Aplicações Financeiras	70.071	30.106
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	70.071	30.106
1.01.02.01.03	Titulos e Valores Mobiliarios	70.071	30.106
1.01.03	Contas a Receber	169.931	176.505
1.01.03.01	Clientes	169.931	176.505
1.01.06	Tributos a Recuperar	30.274	27.403
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	30.274	27.403
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.824	8.503
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	33.244	30.564
1.01.08.03	Outros	33.244	30.564
1.01.08.03.02	Outros creditos	33.244	30.564
1.02	Ativo Não Circulante	3.297.691	3.278.805
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	153.090	140.550
1.02.01.06	Tributos Diferidos	67.820	68.444
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	67.820	68.444
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	398	410
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	84.872	71.696
1.02.01.09.03	Ativos indenizatorios	2.870	2.870
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	26.608	25.242
1.02.01.09.05	Outros creditos	7.138	6.383
1.02.01.09.06	Titulos e Valores Mobiliarios	48.256	37.201
1.02.02	Investimentos	53.016	51.613
1.02.02.01	Participações Societárias	9	10
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	9	10
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	53.007	51.603
1.02.03	Imobilizado	281.473	287.933
1.02.04	Intangível	2.810.112	2.798.709

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	4.220.322	4.156.437
2.01	Passivo Circulante	888.448	861.930
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	30.538	30.354
2.01.01.01	Obrigações Sociais	30.538	30.354
2.01.02	Fornecedores	98.301	131.851
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	98.301	131.851
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.876	21.825
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.876	21.825
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuicoes a recolher	21.478	21.566
2.01.03.01.03	Programa de Recuperacao Fiscal - REFIS	398	259
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	593.455	541.770
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	165.793	161.120
2.01.04.02	Debêntures	425.895	378.634
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.767	2.016
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	1.767	2.016
2.01.05	Outras Obrigações	59.768	65.165
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.144	1.787
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.144	1.787
2.01.05.02	Outros	56.624	63.378
2.01.05.02.04	Credor pela concessao	17.786	17.082
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	38.838	46.296
2.01.06	Provisões	84.510	70.965
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.063	20.152
2.01.06.01.05	Provisao para imposto de renda e contribuicao social	24.063	20.152
2.01.06.02	Outras Provisões	60.447	50.813
2.01.06.02.04	Provisao para manutencao	47.653	38.286
2.01.06.02.05	Provisao para construcao de obras futuras	12.794	12.527
2.02	Passivo Não Circulante	1.388.680	1.409.406
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.116.667	1.134.393
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	184.177	189.187
2.02.01.02	Debêntures	932.203	944.565
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	287	641
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil	287	641
2.02.02	Outras Obrigações	60.849	62.761
2.02.02.02	Outros	60.849	62.761
2.02.02.02.03	Programa de Recuperacao Fiscal - REFIS	2.477	2.710
2.02.02.02.04	Adiantamento de Clientes	4.926	4.952
2.02.02.02.05	Credor pela Concessao	53.446	55.099
2.02.03	Tributos Diferidos	27.241	24.430
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.241	24.430
2.02.04	Provisões	183.923	187.822
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	54.307	52.634
2.02.04.01.05	Provisoes para perdas tributarias, trabalhistas e civeis	54.307	52.634
2.02.04.02	Outras Provisões	129.616	135.188
2.02.04.02.05	Provisao para manutencao	127.644	133.259
2.02.04.02.06	Provisao para construcao de obras	1.972	1.929

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.943.194	1.885.101
2.03.01	Capital Social Realizado	1.320.549	1.320.549
2.03.02	Reservas de Capital	33.298	31.224
2.03.04	Reservas de Lucros	478.856	530.287
2.03.04.01	Reserva Legal	90.751	90.751
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	388.105	439.536
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	107.427	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.064	3.041

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	475.602	422.398
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-221.027	-199.358
3.03	Resultado Bruto	254.575	223.040
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-40.515	-29.369
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-40.492	-29.141
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-23	-228
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	214.060	193.671
3.06	Resultado Financeiro	-41.245	-47.965
3.06.01	Receitas Financeiras	20.780	35.934
3.06.02	Despesas Financeiras	-62.025	-83.899
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	172.815	145.706
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-64.367	-52.994
3.08.01	Corrente	-60.973	-48.566
3.08.02	Diferido	-3.394	-4.428
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	108.448	92.712
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	108.448	92.712
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	107.427	91.582
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.021	1.130
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,18693	0,16412

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	108.448	92.712
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	108.448	92.712
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	107.427	91.582
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.021	1.130

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	174.491	202.641
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	298.744	280.713
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	172.815	145.706
6.01.01.02	Depreciação e amortização	47.146	41.092
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimento	4.930	1.282
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	51.100	71.787
6.01.01.05	Variação monetária com o Poder Concedente	1.846	3.507
6.01.01.06	Const prov para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, depósitos judiciais e atual monetária	2.330	-1.531
6.01.01.07	Atual monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	2.773	4.470
6.01.01.08	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-1.251	-134
6.01.01.09	Reserva de Capital - Premio de Opções	559	243
6.01.01.10	Constituição de provisão para manutenção	16.496	14.291
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-124.253	-78.072
6.01.02.01	Clientes	6.574	4.148
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-2.871	-5.869
6.01.02.03	Despesas antecipadas	1.691	2.950
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-1.366	9
6.01.02.05	Outros créditos	-3.435	2.372
6.01.02.06	Fornecedores	-33.550	-14.948
6.01.02.07	Obrigações sociais	184	7.506
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-88	-3.991
6.01.02.09	Empresas relacionadas	1.357	1.458
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-657	-1.180
6.01.02.11	Pagamentos de manutenção e construção de obras	-15.207	-9.748
6.01.02.12	Outras contas a pagar e Adiantamento de Clientes	-7.458	-3.573
6.01.02.13	Juros pagos	-12.406	-13.872
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-57.062	-42.418
6.01.02.15	Ativos indenizatórios	0	-916
6.01.02.16	Tributos diferidos	41	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-58.423	-39.797
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-56.774	-38.759
6.02.02	Investimentos em controladas	0	-1.038
6.02.03	Aquisição de propriedade para investimento	-1.649	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-108.332	-174.291
6.03.01	Credor pela concessão	-2.795	-3.328
6.03.02	Títulos e valores mobiliários	-49.769	-48.333
6.03.03	Captação de arrend mercantil, empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	699	358.007
6.03.04	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-5.460	-392.612
6.03.05	Pagamento de aquisição da Elog Sudeste e Elog Sul	0	-88.025
6.03.06	Pagamento de ações em tesouraria	1.856	0
6.03.07	Opções outorgadas	-341	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-51.430	0
6.03.09	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-94	0
6.03.10	Pagamento de dividendos minoritários	-998	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.736	-11.447
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	604.551	872.654
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	612.287	861.207

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	31.224	530.287	0	0	1.882.060	3.041	1.885.101
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	31.224	530.287	0	0	1.882.060	3.041	1.885.101
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.074	-51.431	0	0	-49.357	-998	-50.355
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.856	0	0	0	1.856	0	1.856
5.04.06	Dividendos	0	0	-51.431	0	0	-51.431	0	-51.431
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	559	0	0	0	559	0	559
5.04.09	Efeito de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-998	-998
5.04.10	Opções Outorgadas	0	-341	0	0	0	-341	0	-341
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	107.427	0	107.427	1.021	108.448
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	107.427	0	107.427	1.021	108.448
5.07	Saldos Finais	1.320.549	33.298	478.856	107.427	0	1.940.130	3.064	1.943.194

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	31.149	429.505	0	0	1.781.203	6.664	1.787.867
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	31.149	429.505	0	0	1.781.203	6.664	1.787.867
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-1.012	-1.012
5.04.08	Efeito de participacao de acionistas nao controladores nas controladas	0	0	0	0	0	0	-1.012	-1.012
5.05	Resultado Abrangente Total	0	243	0	91.582	0	91.825	1.130	92.955
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	91.582	0	91.582	1.130	92.712
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	243	0	0	0	243	0	243
5.05.02.06	Premio de emissao de opcao de acoes	0	243	0	0	0	243	0	243
5.07	Saldos Finais	1.320.549	31.392	429.505	91.582	0	1.873.028	6.782	1.879.810

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	526.676	457.596
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	387.669	338.205
7.01.02	Outras Receitas	99.136	87.283
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	39.871	32.108
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-153.259	-140.646
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-139.729	-126.682
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.457	-13.964
7.02.04	Outros	-73	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	373.417	316.950
7.04	Retenções	-47.146	-41.092
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-47.146	-41.092
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	326.271	275.858
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.780	35.934
7.06.02	Receitas Financeiras	20.780	35.934
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	347.051	311.792
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	347.051	311.792
7.08.01	Pessoal	61.854	46.989
7.08.01.01	Remuneração Direta	61.395	45.128
7.08.01.02	Benefícios	307	1.857
7.08.01.03	F.G.T.S.	152	4
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	115.252	88.192
7.08.02.01	Federais	91.678	77.860
7.08.02.02	Estaduais	760	0
7.08.02.03	Municipais	22.814	10.332
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	61.497	83.899
7.08.03.01	Juros	41.563	53.097
7.08.03.03	Outras	19.934	30.802
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	108.448	92.712
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	107.427	92.712
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.021	0

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A

Divulgação de Resultados do 1T12

Receita Líquida Consolidada atinge R$ 475,6 milhões no 1T12

Lucro Líquido de R$ 107,4 milhões no 1T12

São Paulo, 11 de maio de 2012 – A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. divulga seus resultados referentes ao primeiro trimestre de 2012 (1T12). As informações financeiras e operacionais são apresentadas de forma consolidada e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao primeiro trimestre de 2011 (1T11), de acordo com as Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09, as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS (*International Financial Reporting Standards)* e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

BM&FBOVESPA: ECOR3 - Relações com Investidores

Roberto Koiti Nakagome
Diretor de Relações com Investidores

Raquel Turano de Souza
Relações com Investidores

José **Camilo** Gomes Junior
Relações com Investidores

Luiz **Rodrigo** Neri Caraça
Relações com Investidores

Endereço
Rua Gomes de Carvalho,
1.510 3º andar
CEP 04547-005
São Paulo/SP
Tel: 55 11 3787-2667
E-mail
invest@ecorodovias.com.br

Website
www.ecorodovias.com.br/ri

Teleconferência em Português com Tradução Simultânea para o Inglês
Segunda-feira, 14 de maio de 2012
10h00 (horário de Brasília) / 09h00 (horário de Nova York)

Telefones:
+55 (11) 3127-4971 (Brasil)
+1 (516) 300-1066 (Outro países)
Código: ECORODOVIAS
Webcast: clique aqui

Replay:
+55 (11) 3127-4999
Código de acesso Português: 14795685
Código de acesso Inglês: 81724807

Destaques Operacionais e Financeiros

- O tráfego cresceu 5,9%, em veículos equivalentes pagantes, no 1T12 em relação ao 1T11.

- A receita líquida no 1T12, excluindo a receita de construção, atingiu R$ 435,7 milhões, com crescimento de 11,6% quando comparados ao 1T11.

- O EBITDA Consolidado apurado no 1T12 foi de R$ 261,3 milhões, com margem de 54,9%. O EBITDA Consolidado Ajustado, **desconsiderando as contas de receita e custo de construção e provisão para manutenção**, introduzidas pela aplicação do IFRS, atingiu R$ 277,8 milhões no 1T12, 63,8% de margem.

- O lucro líquido foi de R$ 107,4 milhões no 1T12, 17,3% superior ao lucro líquido do 1T11.

- Em 05 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, o Termo Aditivo e Modificativo (TAM) entre a ARTESP e a concessionária Ecovias dos Imigrantes, que altera o índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para IPCA, a partir de 01 de julho de 2012.

- Em 16 de março de 2012, o Conselho de Administração da EcoRodovias deliberou o pagamento de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2011 no valor total de R$ 51,4 milhões, que foi efetuado em 28 de março de 2012.

- Em 18 de janeiro de 2012, o Consórcio Rodovia da Vitória composto pela EcoRodovias e pela SBS Engenharia, foi declarado VENCEDOR da Concorrência Pública de Concessão de Rodovia, Edital nº. 001/2011 – BR-101/2011/ES/BA, promovida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). De acordo com último Comunicado Relevante publicado no Diário Oficial em 08 de maio de 2012, a Diretoria da ANTT julgou improcedente o recurso interposto pelo segundo colocado, confirmando o Consórcio Rodovia da Vitória como vencedor. Conforme nota publicada em 11 de maio de 2012, o Tribunal de Contas da União (TCU) revogou a liminar que suspendia as etapas seguintes da licitação, de forma que, na próxima reunião da Diretoria da ANTT deverá ocorrer a homologação do resultado do leilão e publicação de novo cronograma com a data prevista para assinatura do Contrato de Concessão.

Destaques	1T12	1T11	Var.
Indicadores Econômicos IFRS (em milhões de R$)			
Receita Bruta	526,7	457,6	15,1%
Receita Líquida	475,6	422,4	12,6%
Lucro Líquido	107,4	91,6	17,3%
EBITDA	261,3	234,8	11,3%
Margem EBITDA	54,9%	55,6%	-0,7 p.p.
Indicadores Econômicos Ajustados (em milhões de R$)			
Receita Líquida Ajustada[1]	435,7	390,3	11,6%
EBITDA Ajustado[2]	277,8	249,1	11,5%
Margem EBITDA Ajustada	63,8%	63,8%	-
Volume de Tráfego (em milhares de veiculos equivalentes pagantes)	**52.247**	**49.335**	**5,9%**

[1] Exclui Receita de Construção do saldo da Receita Líquida

[2] Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados

DESEMPENHO OPERACIONAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Concessões Rodoviárias

Evolução do Tráfego: O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes, nas concessionárias, apresentou um crescimento de 5,9% no 1T12, quando comparado com o 1T11. Os principais motivos para esta variação estão apresentados abaixo:

Veículos comerciais – apresentaram crescimento de 5,7% no 1T12, quando comparados ao 1T11. Em São Paulo, a movimentação de cargas no Porto de Santos registrou crescimento de 9,0% (em toneladas) no 1T12, quando comparado ao 1T11. Essas variações foram impactadas, principalmente, pela antecipação das exportações de soja, que apresentaram crescimento de 72,3% (em toneladas) no 1T12, quando comparado ao 1T11, conforme dados disponibilizados pelo Porto de Santos. Na Ecopistas, o crescimento de tráfego comercial é reflexo da movimentação de cargas no eixo rodoviário entre a região do Vale do Paraíba e a cidade de São Paulo. No Paraná, o crescimento do tráfego comercial foi impulsionado pelo escoamento no Porto de Paranaguá da safra de soja regional e vinda do Paraguai. No Rio Grande do Sul, a Ecosul apresentou redução de 4,7% em função da menor movimentação no Porto de Rio Grande, impactada pela estiagem que afetou a produção das commodities agrícolas no Estado.

Veículos de passeio – atingiram crescimento de 6,0% no 1T12 em relação ao 1T11, desempenho este suportado pelo forte fluxo de veículos de passeio nas regiões de turismo dos estados das regiões Sudeste e Sul do país. O crescimento de 14,6% na Ecovia Caminho do Mar foi devido, também, à retomada do tráfego nas pontes dos km 18 e km 24 da BR-277 que devido às fortes chuvas que afetaram a região litorânea dos estados do Sul em março de 2011, foram danificadas e o fluxo de veículos foi parcialmente prejudicado neste período. Em relação ao aumento da frota nacional de veículos leves, a indústria automobilística registrou 772,3 mil novos licenciamentos no 1T12.

Volume de Tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	1T12	1T11	Var.
Comercial			
Ecovias dos Imigrantes	5.931	5.677	4,5%
Ecopistas	6.825	6.375	7,1%
Ecovia Caminho do Mar	2.713	2.277	19,1%
Ecocataratas	3.990	3.705	7,7%
Ecosul Rodovias do Sul	3.566	3.741	-4,7%
Total	**23.025**	**21.775**	**5,7%**
Passeio			
Ecovias dos Imigrantes	9.288	8.744	6,2%
Ecopistas	14.079	13.420	4,9%
Ecovia Caminho do Mar	1.472	1.284	14,6%
Ecocataratas	2.758	2.635	4,7%
Ecosul Rodovias do Sul	1.625	1.477	10,0%
Total	**29.222**	**27.560**	**6,0%**
Comercial + Passeio			
Ecovias dos Imigrantes	15.219	14.421	5,5%
Ecopistas	20.904	19.795	5,6%
Ecovia Caminho do Mar	4.185	3.561	17,5%
Ecocataratas	6.748	6.340	6,4%
Ecosul Rodovias do Sul	5.191	5.218	-0,5%
Consolidado	**52.247**	**49.335**	**5,9%**

Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Tarifa Média: A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante apresentou crescimento de 8,2% no 1T12, comparativamente ao mesmo período de 2011. Os reajustes contratuais das tarifas básicas foram: 9,8% na Ecovias dos Imigrantes e 6,6% na Ecopistas, ambos em julho de 2011; 4,5% na Ecovia Caminho do Mar e na Ecocataratas, em dezembro de 2011 e 8,0% na Ecosul – Rodovias do Sul em janeiro de 2012.

Tarifa Média (em R$ / veículos equivalentes pagantes)	1T12	1T11	Var.
Ecovias dos Imigrantes	12,77	11,70	9,1%
Ecopistas	2,47	2,30	7,4%
Ecovia Caminho do Mar	12,49	11,98	4,3%
Ecocataratas	8,07	7,72	4,5%
Ecosul - Rodovias do Sul	6,76	6,20	9,0%
CONSOLIDADO	**7,42**	**6,86**	**8,2%**

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

Logística

O desempenho do setor de logística da EcoRodovias está dividido nos seguintes segmentos:

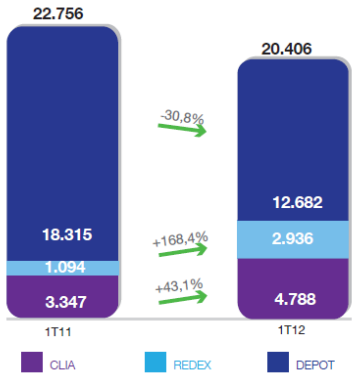
Zona Primária: composto pelas unidades Ecopátio Cubatão e CLIA Santos. No Ecopátio Cubatão, são oferecidos, atualmente, os serviços de REDEX - recinto especial para despacho aduaneiro de exportação, DEPOT - serviço de manutenção e armazenagem de contêineres vazios e pátio regulador de caminhões. No CLIA Santos, é oferecido o serviço de recinto alfandegado.

No 1T12, foram movimentados 20.406 contêineres na Zona Primária, 10,3% inferior ao 1T11. A redução se deve a diminuição da movimentação de DEPOT no Ecopátio Cubatão (de 80,5% do total movimentado no 1T11 para 62,1% do total movimentado no 1T12), resultante da redução da área de DEPOT para a construção de armazéns e aumento da participação das operações de REDEX (de 4,8% no do total movimentado no 1T11 para 14,4% no 1T12).

No 1T12, a movimentação de contêineres nas operações de REDEX cresceu 168,4% em relação ao 1T11. No CLIA Santos, a movimentação de contêineres registrou um crescimento de 43,1%.

A movimentação de carga conteinerizada no Porto de Santos apresentou crescimento de 10,6% no 1T12 comparado ao 1T11. (dados do Porto de Santos).

Contêineres Movimentados na Zona Primária



Portos Secos de Interior: composto pelas unidades de Campinas, Barueri, São Paulo e Curitiba, que oferecem os serviços de armazenagem e recinto alfandegado.

No 1T12, foram movimentados US$ 1.217,0 milhões (Valor FOB) nos Portos Secos de Interior da EcoRodovias, um aumento de 0,6% com o registrado no 1T11. A movimentação do 1T12 correspondeu a 5,7% do valor total de importação movimentado nos Estados de São Paulo e Paraná.

Portos Secos de Fronteira: composto pelas unidades de Foz do Iguaçu, Uruguaiana, Jaguarão e Santana do Livramento que oferecem os serviços de recinto alfandegado nas fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai.

No 1T12, foram movimentados US$ 3.325,2 milhões (Valor FOB) nos Portos Secos de Fronteira da EcoRodovias, apresentado uma redução de 9,5% quando comparado ao 1T11. O principal motivo dessa redução foi reflexo da diminuição na corrente de comércio entre Brasil e Argentina. No 1T12, as movimentações corresponderam a 28,2% do valor total do intercâmbio comercial entre Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile.

Transporte: corresponde à prestação de serviços de transporte rodoviário para os clientes, por meio de frota própria, prestadores de serviços autônomos e frota terceirizada.

A receita advinda das operações de transporte representou 13% da receita do segmento de logística no 1T12, uma redução de 3 p.p. quando comparado ao 1T11.

Centros de Distribuição: composto pelos Centros de Distribuição de Alphaville, Cajamar, Curitiba e Ecopátio Imigrantes, que oferecem os serviços de gestão de estoque de clientes.

No 1T12, a taxa de ocupação atingiu 66% do total de 106 mil m² disponíveis, registrando uma redução de 29 p.p. quando comparado ao 1T11. A redução deve-se à mudança de perfil dos clientes atendidos e sazonalidade deste período do ano..

Desempenho Operacional - Logística	1T12	1T11	Var.
Zona Primária[1] (contêineres movimentados)	20.406	22.756	-10,3%
Portos Secos de Interior[2] (Valor FOB Movimentado Importações- em milhões de US$)	1.217,0	1.209,5	0,6%
Portos Secos de Fronteira[3] (Valor FOB Movimentado Corrente de Comércio - em milhões de US$)	3.325,2	3.724,9	-10,7%
Transporte (Participação no faturamento)	13%	16%	-3 p.p.
Centros de Distribuição (Taxa de ocupação)	66%	95%	-29 p.p.

1- Zona Primária: CLIA Santos e Ecopátio Cubatão (CLIA, REDEX, DEPOT)

2- Portos Secos de Interior: Unidades de Campinas, Barueri, São Paulo e Curitiba

3-Portos Secos de Fronteira: Unidades de Foz do Iguaçu, Uruguaiana, Jaguarão e Santana do Livramento

4- Centros de Distribuição: Unidades de Curitiba, São Paulo, Barueri e Cajamar

STP – Sem Parar / Via Fácil

O total de tags instalados pelo sistema Sem Parar/Via Fácil atingiu 3.374 mil unidades em 31 março de 2012, aumento de 23,8% em relação à 31 março de 2011. Esse crescimento é sustentado pela cobertura de 94% das praças pedágio existentes e pelos 119 estacionamentos que aceitam o sistema. Do total de arrecadação consolidada de pedágios das concessionárias da EcoRodovias, 43,0% foi realizada através da cobrança eletrônica no 1T12.

Receita Bruta Consolidada

A Receita Bruta Consolidada, desconsiderando a Receita de Construção, atingiu R$ 486,8 milhões no 1T12. O aumento, em relação ao 1T11, foi de 14,4%.

Receita Bruta (em milhões de R$)	1T12	1T11	Var.
Concessões Rodoviárias	401,0	350,3	14,5%
Receita de Construção ICPC-01	39,9	32,1	24,2%
Logística	70,7	62,2	13,6%
Receita de Serviços	15,1	13,0	16,2%
CONSOLIDADO	**526,7**	**457,6**	**15,1%**
CONSOLIDADO excluindo Receita de Construção	**486,8**	**425,5**	**14,4%**

Receita Bruta por Segmento de Negócio

Concessões Rodoviárias

Receita de Pedágio: correspondeu a 73,4% da receita bruta consolidada no 1T12. Considerando o crescimento do volume de tráfego pedagiado e os reajustes contratuais das tarifas de pedágios já comentados anteriormente, a receita bruta com arrecadação de pedágio consolidada atingiu R$ 387,7 milhões no 1T12, 14,6% superior em relação ao 1T11.

Receitas Acessórias: as receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos, outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias e serviços prestados pelo centro de serviços compartilhados. No 1T12, as receitas acessórias representaram 2,5% da receita bruta do grupo.

Receita de Construção: conforme estabelecida pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária gerou uma receita de R$ 39,9 milhões no 1T12, 24,2% superior ao 1T11. A Companhia não reconhece margem de lucro nesta receita (margem igual a zero), sendo o valor correspondente ao mesmo contabilizado na conta de “Custo de Construção de Obras”.

Receita Bruta (em milhões de R$)	1T12	1T11	Var.
Concessões Rodoviárias			
Receita de Pedágio	**387,7**	**338,2**	**14,6%**
Ecovias dos Imigrantes	194,3	168,7	15,2%
Ecopistas	51,6	45,6	13,2%
Ecovia Caminho do Mar	52,2	42,6	22,5%
Ecocataratas	54,5	49,0	11,2%
Ecosul - Rodovias do Sul	35,1	32,3	8,7%
Receita Acessória - Concessionárias	**13,3**	**12,1**	**10,4%**
Receita de Construção ICPC-01	**39,9**	**32,1**	**24,2%**

Logística

Receita da Zona Primária: as receitas provenientes das movimentações de contêineres ocorridas no 1T12 alcançaram R$ 26,5 milhões. A tarifa média por contêiner movimentado foi de R$ 1.298 no 1T12, uma aumento de 68,4% quando comparado aos R$ 771 do 1T11. Este aumento deve-se a melhoria do mix de serviços prestados na composição da receita que, no 1T12, teve o CLIA e o REDEX (serviços de maiores tarifas) como mais representativos.

Receita dos Portos Secos de Interior: as receitas provenientes da armazenagem e recinto alfandegado de interior alcançaram R$ 23,7 milhões no 1T12, um crescimento de 34,7% quando comparado com o 1T11.

Receita dos Portos Secos de Fronteira: as receitas resultantes dos serviços de recinto alfandegado nas fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai alcançaram R$ 9,6 milhões no 1T12, um crescimento de 15,7% quando comparado com o 1T11.

Receita de Transporte: a receita advinda das operações de transporte rodoviário atingiu R$ 11,2 milhões no 1T12, uma redução de 11,1% quando comparado com o 1T11.

Receita dos Centros de Distribuição: a receita dos serviços de gestão de estoque de clientes e locação de armazéns atingiu R$ 17,3 milhões no 1T12, uma redução de 20,3% em relação ao 1T11.

Receita Bruta (em milhões de R$)	1T12	1T11	Var.
Logística			
Zona Primaria[1]	26,5	17,5	51,4%
Portos Secos de Interior[2]	23,7	17,6	34,7%
Portos Secos de Fronteira[3]	9,6	8,3	15,7%
Transporte	11,2	12,6	-11,1%
Centros de Distribuição	17,3	21,7	-20,3%
TOTAL Elog	**88,3**	**77,7**	**13,6%**
TOTAL (Consolidado EcoRodovias)	**70,7**	**62,2**	**13,6%**

1- Zona Primária: CLIA Santos e Ecopátio Cubatão (CLIA, REDEX, DEPOT)
2- Portos Secos de Interior: Unidades de Campinas, Barueri, São Paulo e Curitiba
3-Portos Secos de Fronteira: Unidades de Foz do Iguaçu, Uruguaiana, Jaguarão e Santana do Livramento

STP – Sem Parar / Via Fácil

Receita de Serviços: a receita bruta da STP atingiu R$ 118,6 milhões no 1T12, crescimento de 16,3% em relação ao 1T11. A participação acionária da EcoRodovias na STP é de 12,75%, o que corresponde a uma receita bruta de R$ 15,1 milhões no 1T12, consolidada nas demonstrações financeiras.

Receita Bruta (em milhões de R$)	1T12	1T11	Var.
Serviços			
Receita de Serviços (100%)	118,6	102,0	16,3%
Receita de Serviços (12,75%)	15,1	13,0	16,3%

Receita Líquida Consolidada

A Receita Líquida consolidada, desconsiderando a Receita de Construção, atingiu R$ 435,7 milhões no 1T12, crescimento de 11,6% quando comparado aos R$ 390,3 milhões do 1T11. As Deduções sobre a Receita Bruta atingiram R$ 51,1 milhões no 1T12, representando 10,5% do total da receita bruta, desconsiderando a Receita de Construção.

Receita Líquida (em milhões de R$)	1T12	1T11	Var.
Concessões Rodoviárias	363,0	325,8	11,4%
Receita de Construção ICPC-01	39,9	32,1	24,3%
Logística	59,4	53,7	10,6%
Receita de Serviços	13,3	10,8	23,1%
CONSOLIDADO	**475,6**	**422,4**	**12,6%**
CONSOLIDADO excluindo Receita de Construção	**435,7**	**390,3**	**11,6%**

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidados

Os custos consolidados dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 261,5 milhões no 1T12, 14,4% superior ao apurado no 1T11.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R$)	1T12	1T11	Var.
EcoRodovias Infraestrutura e Logistica			
Pessoal	61,9	50,5	22,6%
Conservação e Manutenção	15,9	18,1	-12,2%
Serviços de Terceiros	38,0	30,9	23,0%
Seguros, Poder Concedente e Locações	24,2	26,1	-7,3%
Depreciação / Amortização	47,2	41,1	14,8%
Provisão Manutenção	16,5	14,3	15,4%
Custo de Construção de Obras	39,9	32,1	24,2%
Outros	17,9	15,4	16,2%
CONSOLIDADO EcoRodovias	**261,5**	**228,5**	**14,4%**

Custos Operacionais e Despesas Admin. por Segmento de Negócio

Concessões Rodoviárias

Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R$)	1T12	1T11	Var.
Concessões Rodoviárias			
Pessoal	32,9	27,2	21,0%
Conservação e Manutenção	13,7	16,5	-17,0%
Serviços de Terceiros	15,0	12,8	17,2%
Seguros, Poder Concedente e Locações	14,6	15,5	-5,8%
Depreciação / Amortização	38,4	33,9	13,3%
Provisão Manutenção	16,5	14,3	15,4%
Custo de Construção de Obras	39,9	32,1	24,2%
Outros	11,6	10,1	14,9%
Total Concessões Rodoviárias	**182,6**	**162,4**	**12,4%**

- Os custos com Pessoal atingiram o valor de R$ 32,9 milhões no 1T12, 21,0% superior ao 1T11. Esta variação deveu-se, principalmente, ao dissídio coletivo de 5,0% ocorrido em março de 2012 e ao pagamento do Programa de Participação de Resultados - PPR aos colaboradores no mês de março de 2012.

- Os custos de Conservação totalizaram R$ 13,7 milhões no 1T12 ante os R$ 16,5 milhões do 1T11, 17,0% inferior ao registrado no mesmo período de 2010. O principal motivo desta

variação foi a melhoria na gestão e controle dos custos das obras de conservação e manutenção nas concessionárias do grupo, principalmente na Ecovias dos Imigrantes e Ecovia Caminho do Mar.

- Os custos com Serviços de Terceiros, no 1T12, foram de R$ 15,0 milhões, aumento de 17,2%, devido, principalmente, à contratação de consultorias para revisão dos projetos de investimentos nas concessionárias, novos negócios e licitações.

- Os Custos com Seguros, Poder Concedente e Alugueis registraram R$ 14,6 milhões no 1T12 ante os R$ 16,1 milhões do 1T11, redução de 9,3%.

- O total das despesas de Depreciação e Amortização, no 1T12, atingiu R$ 34,8 milhões ante os R$ 36,8 milhões do 1T11, aumento de 13,3%. Conforme as normas contábeis (IFRS), as amortizações dos ativos das concessões de rodovias passam a ser calculados conforme a evolução da curva de tráfego de suas rodovias.

- A Provisão para Manutenção, decorrente da aplicação do ICPC 01, apresentou um aumento de 15,4% em relação ao 1T11. Esta provisão contábil acompanha os programas de manutenção previstos nas concessionárias dentro dos critérios estabelecidos pelas novas normas contábeis.

- O Custo de Construção de obras, decorrente da aplicação do ICPC 01, foi de R$ 39,9 milhões no 1T12, 24,3% superior ao 1T11. O valor realizado está de acordo com o cronograma de obras previsto nas concessionárias e correspondem aos mesmos valores contabilizados como Receita de Construção. As principais obras que contribuíram para esse aumento foram o recapeamento entre o km 19 e km 130 da Ecopistas e inicio das obras de duplicação do trecho de 14,4 km, da Ecocataratas, entre a cidade de Pedreira da Itatiba e Medianeira no estado do Paraná.

Logística

Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R$)	1T12	1T11	Var.
Logística (100%)			
Pessoal	24,8	20,9	18,7%
Conservação e Manutenção	2,4	1,8	33,3%
Serviços de Terceiros	21,9	19,6	11,7%
Seguros, Poder Concedente e Locações	11,3	11,2	0,9%
Depreciação / Amortização	9,0	7,5	20,0%
Outros	3,7	4,7	-21,3%
Total Elog	**73,1**	**65,7**	**11,3%**
Consolidado EcoRodovias	**58,5**	**52,6**	**11,3%**

- Os custos com pessoal atingiram o valor de R$ 24,8 milhões no 1T12, crescimento de 18,7%. Esta variação deveu-se, principalmente ao dissídio de 7,0% nas empresas de Logística e ao pagamento do Programa de Participação de Resultados - PPR aos colaboradores no mês de março de 2012.

- Os custos com Serviços de Terceiros, no 1T12, foram de R$ 21,9 milhões, um crescimento de 11,7%. Esta variação deveu-se, principalmente as despesas com assessorias e comissões relativos aos serviços de consolidação de cargas nos CLIAs.

- O total das despesas de Depreciação e Amortização, no 1T12, atingiu R$ 9,0 milhões, um aumento de 20,0% devido ao término das obras de infraestrutura e aquisição de novos equipamentos pelas empresas.

- Os custos e despesas classificados como Outros se referem, à energia elétrica, telefonia e materiais de consumo.

Holding e STP

Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R$)	1T12	1T11	Var.
Holding e STP			
Pessoal	9,1	6,6	37,9%
Conservação e Manutenção	0,4	0,2	100,0%
Serviços de Terceiros	7,1	3,7	91,9%
Seguros, Poder Concedente e Locações	0,6	1,6	-62,5%
Depreciação / Amortização	1,7	1,3	30,8%
Outros	3,4	1,3	161,5%
Total EcoRodovias	**22,3**	**14,7**	**51,7%**

- Os custos com Pessoal atingiram o valor de R$ 9,1 milhões no 1T12, 37,9% superior ao 1T11. Esta variação deveu-se, principalmente, ao dissídio coletivo de 5,0% ocorrido em março de 2012, e ao pagamento do Programa de Participação nos Resultados – PPR no mês de março de 2012.

- Os custos com Serviços de Terceiros, no 1T12, foram de R$ 7,1 milhões, um aumento de 91,6%. O principal motivo desse aumento foi devido à contratação de consultorias e assessorias para estudos em novos projetos e participação em licitações em rodovias, portos e aeroportos.

EBITDA Consolidado e Margem EBITDA

O EBITDA Consolidado Ajustado atingiu R$ 277,8 milhões, no 1T12, com margem de 63,8%. O EBITDA ajustado é calculado desconsiderando as contas de receita e custo de construção e provisão para manutenção, introduzidas pela aplicação do IFRS. O EBITDA Consolidado apurado, considerando o IFRS, foi de R$ 261,3 milhões no 1T12, atingindo uma margem de 54,9%.

EBITDA IFRS (em milhões de R$)	1T12	1T11	Var.
CONSOLIDADO			
Lucro Líquido (antes da participação de minoritários)	108,4	92,7	16,9%
Depreciação e Amortização	47,2	41,1	14,8%
Resultado Financeiro	41,2	48,0	-14,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	64,4	53,0	21,5%
Amortização de Investimentos	0,1	0,1	-
EBITDA IFRS	**261,3**	**234,8**	**11,3%**
Margem EBITDA IFRS	**54,9%**	**55,6%**	**-0,7 p.p.**

EBITDA Ajustado s/ IFRS (em milhões de R$)	1T12	1T11	Var.
EBITDA IFRS	**261,3**	**234,8**	**11,3%**
Receita de Construção	(39,9)	(32,1)	24,2%
Custo de Construção	39,9	32,1	24,2%
Provisão para Manutenção	16,5	14,3	15,4%
EBITDA Ajustado	**277,8**	**249,1**	**11,5%**
Margem EBITDA Ajustada	**63,8%**	**63,8%**	**-**

EBITDA por Segmento de Negócio

Concessões Rodoviárias

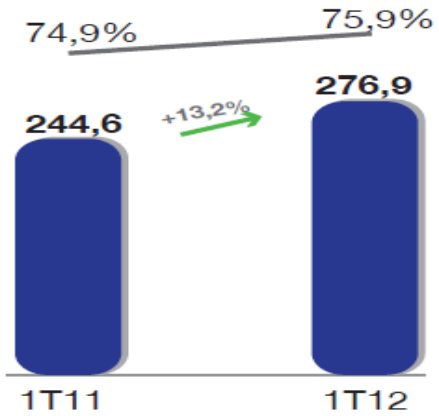
EBITDA IFRS (em milhões de R$)	1T12	1T11	Var.
Concessões Rodoviárias			
Receita Líquida	404,7	358,7	12,8%
EBITDA	260,4	230,3	13,1%
Margem EBITDA	**64,3%**	**64,2%**	**0,1 p.p.**

EBITDA Ajustado s/ IFRS (em milhões de R$)	1T12	1T11	Var.
Concessões Rodoviárias			
EBITDA IFRS	**260,4**	**230,3**	**13,1%**
Receita de Construção	(39,9)	(32,1)	24,2%
Custo de Construção	39,9	32,1	24,2%
Provisão para Manutenção	16,5	14,3	15,4%
EBITDA	**276,9**	**244,6**	**13,2%**
Margem EBITDA Ajustada	**75,9%**	**74,9%**	**1,0 p.p.**

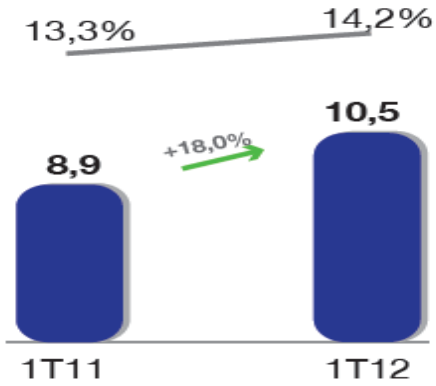
Logística

EBITDA IFRS (em milhões de R$)	1T12	1T11	Var.
Logística (100%)			
Receita Líquida	74,2	67,1	10,6%
Custos e Despesas Operacionais (ex-D&A)	(64,0)	(58,2)	10,0%
Outras Receitas	0,3	-	-
EBITDA	10,5	8,9	18,0%
Margem EBITDA	**14,2%**	**13,3%**	**0,9 p.p.**

EBITDA Ajustado de Concessões Rodoviárias (s/ IFRS)



EBITDA de Logística



Resultado Financeiro Consolidado

O resultado financeiro líquido no 1T12 totalizou uma despesa de R$ 41,2 milhões, -14,2% em relação ao mesmo período de 2011. As principais variações foram:

- As despesas com juros sobre debêntures, no 1T12, apresentaram uma redução de 16,5%, em relação ao 1T11 devido, principalmente, às amortizações de parcelas das debêntures, da Ecovias dos Imigrantes e EcoRodovias Concessões e Serviços, ocorridas em 2011.

- As despesas de juros sobre financiamento apresentaram redução de 36,6%, devido, principalmente, ao alongamento da dívida da Ecopistas, realizado através do pagamento do financiamento de curto prazo (Notas Promissórias) e emissão de debêntures, em março de 2011, com custos financeiros inferiores ao das Notas Promissórias.

- A variação monetária de debêntures apresentou redução de 53,1% devido, principalmente, às amortizações de parcelas das debêntures da Ecovias dos Imigrantes e EcoRodovias Concessões e Serviços, ocorridas no período, que ocasionaram redução da base de cálculo da variação monetária.

- As despesas com a variação monetária do Direito de Outorga referem-se aos ajustes a valor presente aplicados sobre o saldo devedor dos ônus de concessão da Ecovias dos Imigrantes.

Resultado Financeiro (em milhões de R$)	1T12	1T11	Var.
Juros sobre Debêntures	(32,5)	(38,9)	-16,5%
Juros sobre Financiamentos	(9,0)	(14,2)	-36,6%
Variação Monetária - Debêntures e Financiamentos	(8,4)	(17,9)	-53,1%
Variação Monetária – Direito de Outorga	(1,8)	(3,5)	-48,6%
Receitas de Aplic. Financeiras	17,3	33,6	-48,5%
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	(2,8)	(4,1)	-31,7%
Outros Efeitos Financeiros	(4,0)	(3,0)	33,3%
CONSOLIDADO	**(41,2)**	**(48,0)**	**-14,2%**

Imposto de Renda e Contribuição Social

O total de imposto de renda e contribuição social registrado no 1T12 foi de R$ 64,4 milhões, sendo que a taxa efetiva passou de 36,4% no 1T11 para 37,2% no 1T12.

Lucro do Período

No 1T12, a EcoRodovias apresentou lucro líquido de R$ 107,4milhões, 17,3% superior ao lucro líquido registrado no 1T11.

Lucro Líquido Ajustado (R$ milhões)	1T12	1T11	Var.
Lucro Líquido	**107,4**	**91,6**	**17,3%**

Disponibilidade e Endividamento Consolidado

A EcoRodovias encerrou março de 2012 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de R$ 730,6 milhões. A dívida bruta da EcoRodovias atingiu R$ 1.710,1 milhões em 31 de março de 2012, aumento de 2,0% quando comparado à 31 de dezembro de 2011:

O aumento foi devido, basicamente, à atualização dos saldos devedores das debêntures da EcoRodovias Concessões e Serviços, Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas e Elog.

Endividamento (em milhões de R$)	31/03/2012	31/12/2011	Var.	Taxa	Moeda	Vencimento
Concessões Rodoviárias						
Debêntures - EcoRodovias Conc. e Serv.	454,5	440,1	3,3%	IPCA + 8,75% / CDI + 1,5%	R$	novembro-2015
Debêntures - Ecovias dos Imigrantes	345,7	335,9	2,9%	IGP-M + 9,5% / 104,0% CDI	R$	novembro-2014
Debêntures - Ecopistas	418,8	412,3	1,6%	IPCA+8,25%	R$	janeiro-2023
BNDES- Ecopistas	94,2	96,8	-2,7%	TJLP+2,45% a.a	R$	junho-2021
CCB - Ecovia Caminho do Mar	36,5	35,5	2,8%	110,20% do CDI	R$	novembro-2012
CCB - Ecovia Caminho do Mar	45,6	44,5	2,5%	109% do CDI	R$	novembro-2012
CCB - Ecosul	40,7	39,6	2,8%	IPCA + 7,20% a.a.	R$	outubro-2014
CCB - Ecosul	37,4	36,4	2,7%	109% do CDI	R$	novembro-2012
Logística						
Debêntures-Elog	139,1	134,9	3,1%	CDI+2,20% a.a	R$	dezembro-2017
BNDES - Ecopátio Logística Cubatão	32,9	35,1	-6,3%	TJLP + 2,4% a.a.	R$	abril-2017
CCI - Ecopátio Imigrantes	33,8	34,2	-1,2%	IPCA + 7,20% a.a.	R$	fevereiro-2020
Capital de Giro - Ecopátio Logística Cubatão	13,3	13,4	-0,7%	TJLP + 3,90% a.a.	R$	dezembro-2013
Outros	**17,6**	**17,4**	**1,1%**	**-**	**-**	**-**

DÍVIDA TOTAL	**1.710,1**	**1.676,1**	**2,0%**
Caixa Disponível	730,6	671,8	8,8%
DÍVIDA LÍQUIDA	**979,5**	**1.004,3**	**-2,5%**

Dívida Líquida / EBITDA IFRS (em milhões de R$)	31/03/2012	31/12/2011	Var.
EBITDA IFRS udm	983,8	957,3	2,8%
Dívida Líquida	979,5	1.004,3	-2,5%
Dívida Líquida / EBITDA IFRS	**1,0 x**	**1,0 x**	**-**

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (em milhões de R$)	31/03/2012	31/12/2011	Var.
EBITDA Ajustado udm	1.066,3	1.037,6	2,8%
Dívida Líquida	979,5	1.004,3	-2,5%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	**0,9 x**	**1,0 x**	**-0,1 x**

Capex Consolidado e por segmento de negócio

Os investimentos consolidados realizados pela EcoRodovias, no 1T12, foram de R$ 73,8milhões, 52,1% superior ao registrado no 1T11.

O investimentos realizados nas concessões rodoviárias em 1T12 totalizou R$ 62,7 milhões, superior em 48,6% em relação ao mesmo período de 2011. Destaque para o inicio das obras de duplicação do trecho de 14,4 km, da Ecocataratas, entre a cidade de Pedreira da Itatiba e Medianeira no estado do Paraná, cuja duplicação foi objeto do Termo de Ajuste do Contrato de Concessão com o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), no valor total de R$ 50,6 milhões. Os demais investimentos realizados foram de pavimentação e conservação, melhorias nas sinalizações, equipamentos e dispositivos de segurança e implementação de nova infraestrutura de fibra ótica nas rodovias.

Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC) para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção). Nas tabelas abaixo, apresentamos o valor total do Capex realizado e a sua segregação por conta contábil.

No setor de logística, o valor de investimento realizado no 1T12 foi de R$ 9,9 milhões. Os principais investimentos ocorreram no Ecopátio Cubatão, no término da construção do armazém para serviços de alfândega e demais e modernização de equipamentos e infraestrutura existentes nas demais unidades de logística.

CAPEX (em milhões de R$)	1T12			1T11			Var
	Intangivel/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangivel/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Total 1T12 x 1T11
Concessões Rodoviárias							
Ecovias dos Imigrantes	9,4	12,8	**22,2**	11,1	6,2	**17,3**	**28,3%**
Ecopistas	12,1	-	**12,1**	9,7	-	**9,7**	**24,7%**
Ecovia Caminho do Mar	3,7	-	**3,7**	2,6	-	**2,6**	**42,3%**
Ecocataratas	14,7	2,4	**17,1**	1,9	3,2	**5,1**	**235,3%**
Ecosul - Rodovias do Sul	4,2	0,2	**4,4**	4,3	0,9	**5,2**	**-15,4%**
EcoRodovias Conc. e Serviços	3,2	-	**3,2**	2,3	-	**2,3**	**39,1%**
Total	**47,3**	**15,4**	**62,7**	**31,9**	**10,3**	**42,2**	**48,6%**
Logística							
Ecopátio Logística Cubatão	3,1	-	**3,1**	0,8	-	**0,8**	**287,5%**
Ecopátio Imigrantes	1,6	-	**1,6**	-	-	**-**	**n.m**
Elog	5,2	-	**5,2**	5,0	-	**5,0**	**4,0%**
Total	**9,9**	-	**9,9**	**5,8**	-	**5,8**	**70,7%**
Holding e STP							
Holding e STP	1,2	-	**1,2**	1,4	-	**1,4**	**-14,3%**
CONSOLIDADO	**58,4**	**15,4**	**73,8**	**39,1**	**10,3**	**49,4**	**49,4%**

CAPEX Estimado

CAPEX Estimado (em milhões de R$)	2012 E Intangivel/ Imobilizado	2012 E Custo de Manutenção	Total
Concessões Rodoviárias (100%)			
Ecovias dos Imigrantes	100,3	83,9	**184,2**
Ecopistas	207,7	13,3	**221,0**
Ecovia Caminho do Mar	24,9	3,2	**28,1**
Ecocataratas	70,4	19,1	**89,5**
Ecosul - Rodovias do Sul	41,3	0,7	**42,0**
Total	**444,6**	**120,2**	**564,8**
Logística (100%)			
Ecopátio Cubatão	27,1	-	**27,1**
Ecopátio Imigrantes 100%	48,3	-	**48,3**
Elog	105,7	-	**105,7**
Total	**181,1**	**-**	**181,1**

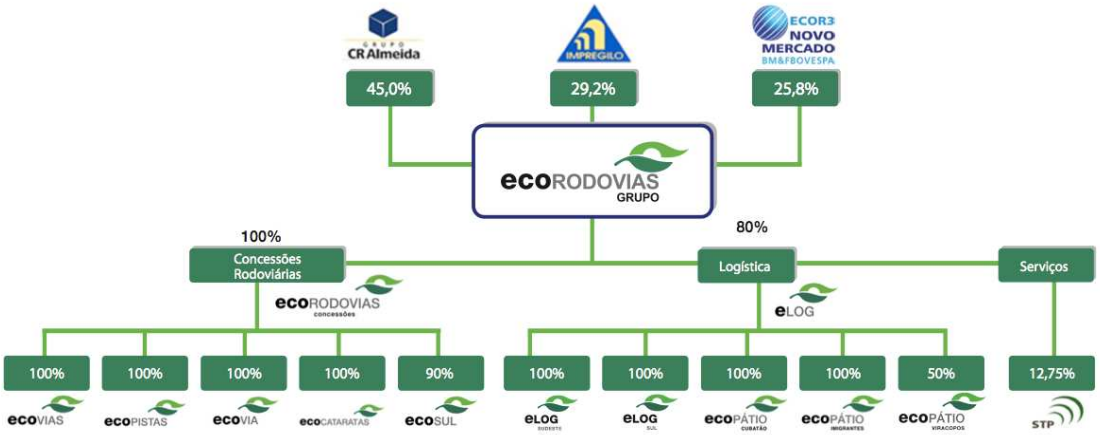
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Ecoviver – O Ecoviver, programa de responsabilidade socioambiental do Grupo EcoRodovias, voltado à educação ambiental de crianças e jovens, já atendeu, desde 2006, 24 cidades, através de mais de 1.593 escolas, 5.980 professores e 224 mil alunos.

Reconhecimento - A EcoRodovias foi eleita, pelo terceiro ano consecutivo, uma das 150 melhores empresas para se trabalhar, pela revista Exame; e pela primeira vez, uma das 100 melhores empresas para se trabalhar da revista Época. No mês de outubro, recebeu o Prêmio Selo Empresa Cidadã, promovido pela Câmara Municipal de São Paulo e o Top Of Mind Estadão de RH, na categoria Top Responsabilidade Social.

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) – As ações da EcoRodovias integram a carteira do ISE 2012 da BM&FBOVESPA 2012. O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro.

ESTRUTURA DE NEGÓCIOS DA ECORODOVIAS



EMPRESAS DO GRUPO

Responsável pelo Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), a Ecovias dos Imigrantes é o corredor de exportação e importação para o Porto de Santos, ligando a região metropolitana de São Paulo ao Pólo Petroquímico de Cubatão, às indústrias do ABCD e à Baixada Santista. Em seus 176,8 km de extensão, passam mais de 56 milhões de veículos equivalentes pagantes no ano.

A Ecopistas é a concessionária que administra e opera o Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, ligação entre a Região Metropolitana de São Paulo com o Vale do Paraíba, a região serrana de Campos do Jordão, o Porto de São Sebastião e as praias do Litoral Norte. Com 134,9 km de extensão e movimento anual de mais de 70 milhões de veículos equivalentes pagantes, tornou-se uma das mais importantes vias para a distribuição da produção industrial das cerca de duas mil empresas instaladas na região do Vale do Paraíba.

A concessionária Ecovia Caminho do Mar é responsável pelo conjunto de rodovias federais e estaduais que formam o corredor de transporte de bens do Paraná ao Porto de Paranaguá e ao turismo para o litoral do estado, através da BR-277, PR-508 e PR-407, com extensão de 136,8 km.

ecoCATARATAS

Adquirida pela EcoRodovias em fevereiro de 2008, a Ecocataratas faz a ligação entre os municípios de Guarapuava, Cascavel e Foz do Iguaçu (fronteira com Argentina e Paraguai), através de 387,1 quilômetros da BR-277. O trecho registrou, em 2010, mais de 23 milhões de veículos equivalentes pagantes.

ecoSUL

Uma das maiores malhas viárias concedidas no Brasil é administrada pela Ecosul – Rodovias do Sul, com 623,8 km no Pólo Rodoviário de Pelotas. Além da importante ligação ao Porto de Rio Grande, a Ecosul – Rodovias do Sul também desempenha importante papel no turismo em direção ao litoral sul brasileiro, através da BR-116.

eLOG

A Elog é a empresa de logística do grupo EcoRodovias que disponibiliza um portfólio completo de serviços para atendimento de toda a cadeia logística que engloba a gestão de: logística integrada, armazenagem, comércio exterior, transportes e informação, sempre focada na eficácia dos processos operacionais e em parcerias sólidas com cliente e colaboradores. São cerca de 2000 mil colaboradores diretos, distribuídos em 17 unidades localizadas em pontos estratégicos das regiões Sudeste e Sul.

STP

A STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. atua, em âmbito nacional, na cobrança eletrônica de pedágios e estacionamentos de shopping centers e aeroportos. Pioneira e líder na implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos (AVI) no Brasil, a STP está presente em 94% das praças pedágio existentes, 111 estacionamentos que aceitam o sistema e administra mais de 3,0 milhões de tags.

Disclaimer: Estas informações e declarações contêm considerações futuras referentes às perspectivas de negócios, que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais considerações refletem as crenças e perspectivas de nossa Administração e a informações que a Companhia possui acesso. As declarações sobre o futuro não são garantias de desempenho e as condições dependem, sobretudo, das condições econômicas, de mercado, políticas governamentais e fatores operacionais. Portanto, os resultados futuros das empresas do grupo poderão diferir significativamente das atuais expectativas.

Relacionamento com os auditores independentes

Relacionamento com Auditores Independentes: A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria presta em 2012, serviços para a preparação de diagnóstico para a futura implementação do IFRS pela Companhia. Os honorários relativos a esse trabalho representaram, aproximadamente, 20% dos honorários anuais de auditoria.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias" ou "Companhia") é uma sociedade por ações com sede em São Paulo - SP, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objetivo operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32. As ações da Companhia são negociadas na Bovespa.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 4.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como "Individual - BR GAAP", e

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como "Consolidado - IFRS e BR GAAP".

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais práticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Notas Explicativas n° 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011"), publicadas no dia 16 de março de 2012 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e Brasil Econômico (formato sintético) e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

As movimentações dos saldos do ativo imobilizado, intangível e outros relativos ao trimestre findo em 31 de março de 2011 podem ser também obtidas nas Informações Trimestrais – ITR de 31 de março de 2011 disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

Notas Explicativas

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

No primeiro trimestre de 2012, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios de 2012 e de 2013. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e, exceto quanto à aplicação das normas IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 11 – Joint Arrangements, não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. Com a adoção das normas IFRS 10 e IFRS 11, é possível que a Companhia não possa mais consolidar de forma proporcional algumas de suas controladas em conjunto. No entanto, a Administração ainda não completou a análise detalhada dessas normas nem quantificou os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de março de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

4. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detiver a maioria das ações com direito a voto).

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas consolidadas:

	31/03/2012	31/12/2011
Controladas diretas:		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	100,00%	100,00%
Elog S.A.	80,00%	80,00%
Ecoporto Holding Ltda.	100,00%	100,00%
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	12,75%	12,75%
EIL01 Participações S.A.	100,00%	100,00%
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas (Vide nota explicativa 4.c)	-	100,00%
Controladas indiretas:		
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100,00%	100,00%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100,00%	100,00%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	90,00%	90,00%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100,00%	100,00%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100,00%	-

Notas Explicativas

Elog S.A.:		
Ecopátio CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.	50,00%	50,00%
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	100,00%	100,00%
ELG-01 Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Elog Sudeste S.A.	100,00%	100,00%
Elog Logística Sul Ltda.	100,00%	100,00%
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Paquetá Participações Ltda.	100,00%	100,00%

As atividades das controladas diretas e indiretas são como segue:

a) Controladas diretas

- A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., anteriormente denominada EcoPorto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Após a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (“ECSC”) e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (“ECSE”), passaram a ser prestados serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

- Elog S.A. - Em 19 de fevereiro de 2010, foi aprovada a proposta de investimento realizado na Elog S.A. pela Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações, mediante a subscrição e integralização pela Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações de novas ações representativas de 20% do capital social total e votante da Elog S.A., mais uma ação, representando um investimento total de R$92.000. Dessa forma, a Companhia passou a deter 80% das ações da Elog S.A. O Acordo de Acionistas foi assinado em 31 de março de 2010 e tem por objeto a exploração de atividades de armazém, guarda e transporte de mercadorias e a participação como sócia, acionista ou cotista de outras sociedades ou empresas.

- A Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP tem por objetivo operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil, a STP está presente em 242 praças de pedágio no País, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina. A Companhia detém 12,75% do capital social da STP, na qual há controle compartilhado mediante a existência de Acordo de Acionistas.

- A Ecoporto Holding S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.

- A EIL01 Participações Ltda. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.

Notas Explicativas

b) Controladas indiretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.

- A Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001, e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

- A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná.

  Em decorrência de reestruturação societária através de aporte de capital ocorrido em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser controlada direta da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

- A ELG-01 Participações Ltda., constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.

- A Elog Sudeste S.A., anteriormente denominada Armazéns Gerais Columbia S.A., tem por atividade a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.

- A Elog Logística Sul Ltda., anteriormente denominada EADI Sul Terminal de Cargas Ltda., tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.

- A Ecopátio CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A. foi constituída em 2007, com o objetivo principal de atuar no mercado de propriedades comerciais e industriais no Brasil, incluindo o desenvolvimento de projetos “build to suit”.

Notas Explicativas

- A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objetivo empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, "holding", acionista ou cotista.

- A Paquetá Participações Ltda. tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como, mas não limitados a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza e a participação direta ou indireta na qualidade de sócia ou acionista de quaisquer sociedades.

c) Reestruturação societária

Em 30 de março de 2012, através de reestruturação societária, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias Concessões e Serviços, mediante contribuição de capital pela Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Caixa e bancos-				
Em moeda nacional	1.406	83	27.733	33.378
Aplicações financeiras:				
Fundo exclusivo (a)	36.254	78.917	160.198	374.612
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	242.991	8.066	424.356	196.561
	280.651	87.066	612.287	604.551

(a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria "renda fixa", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Notas Explicativas

A carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários está composta conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
CDB	14.922	13.376	65.937	63.497
Operação compromissada	13.135	41.676	58.040	197.833
LFT	8.197	23.865	36.221	113.282
	36.254	78.917	160.198	374.612

(b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 98,0% e 102,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez.

	31/03/2012	31/12/2011
CDB	118.327	67.307
Circulante	70.071	30.106
Não circulante	48.256	37.201

São aplicações formadas por CDB e remuneradas a taxas que variam entre 100,0% e 106,2% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da controlada indireta Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 22).

Notas Explicativas

7. CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A composição está assim representada:

	31/03/2011	31/12/2011
Nacional (a)	180.803	187.760
Internacional (b)	2.170	1.246
	182.973	189.006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(13.042)	(12.501)
	169.931	176.505

(a) Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico referente a serviços prestados pela controlada direta Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar" e clientes de logística, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

(b) Refere-se a clientes provenientes das operações de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA, da controlada indireta Elog Sudeste S.A.

(c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente da operação da controlada direta Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos saldos.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/03/2012	31/12/2011
A vencer	165.863	170.718
Vencidos:		
Até 30 dias	1.638	2.264
De 31 a 90 dias	918	1.996
De 91 a 180 dias	14.554	14.028
	17.110	18.288
	182.973	189.006

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/03/2012	31/12/2011
Saldo inicial	12.501	9.094
Valores baixados no trimestre como incobráveis	1.463	5.205
Valores recuperados durante o trimestre	(922)	(1.798)
Saldo final	13.042	12.501

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

Notas Explicativas

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Impostos a recuperar	13.574	13.531	29.329	27.331
Outros	92	89	945	72
	13.666	13.620	30.274	27.403

9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER (BR GAAP)

	31/12/2011	Propostos	Recebidos	31/03/2012
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	544	-	-	544
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	132.613	193.324	(257.236)	68.701
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	-	1.858	(1.858)	-
	133.157	195.182	(259.094)	69.245

10. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O saldo de R$7.222, dos quais R$6.824 estão registrados no ativo circulante e R$398 no não circulante (R$8.913 em 31 de dezembro de 2011) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU. Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na nota explicativa nº 38.

Notas Explicativas

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

	31/03/2011	31/12/2011
Saldo inicial	25.242	14.528
Adições	1.091	12.350
Baixas	(148)	(4.463)
Atualização monetária	423	2.827
Saldo final	26.608	25.242

12. ATIVOS INDENIZATÓRIOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em 7 de maio de 2010, a controlada Elog S.A. celebrou Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Participações Societárias de Controle da Elog Sudeste S.A. e da Elog Logística Sul. O valor justo dos passivos assumidos especificamente relacionados às contingências foi avaliado em R$18.272, para os quais há cláusula contratual de reembolso de R$14.685, totalizando o valor líquido de R$2.870 (R$2.870 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

[página intencionalmente deixada em branco]

13. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA (BR GAAP)

	Valores das investidas 31/03/2012		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do trimestre	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Elog S.A.	294.158	(7.510)	80	80	235.326	241.334	(6.008)	(12.701)
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	1.084.770	115.274	100	100	1.084.770	857.341	115.274	369.033
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	153.082	31.435	12,75	12,75	19.518	17.367	4.009	14.613
Ecoporto Holding S.A.	41	(11)	100	100	41	1	(11)	(8)
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	-	-	-	100	-	298.617	6.815	30.324
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	-	-	-	-	(7.266)	(7.348)	82	327
					1.332.389	1.407.312	120.161	401.588

A movimentação dos investimentos no trimestre findo em 31 de março de 2012 está apresentada a seguir:

	31/12/2011	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Aumento de de capital	Reestruturação Societária (*)	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/03/2012
Elog S.A.	241.334	-	-	-	-	(6.008)	235.326
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	857.341	(193.324)	-	305.432	47	115.274	1.084.770
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	17.367	(1.858)	-	-	-	4.009	19.518
Ecoporto Holding S.A.	1	-	51	-	-	(11)	41
Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas	298.617	-	-	(305.432)	-	6.815	-
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	(7.348)	-	-	-	-	82	(7.266)
	1.407.312	(195.182)	51	-	47	120.161	1.332.389

(*) Vide nota explicativa nº 4.c)

Notas Explicativas

[página intencionalmente deixada em branco]

Notas Explicativas

Os saldos dos ágios na controladora (reclassificados para o intangível no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2011	Amortização	31/12/2011
Ágio - Ecosul	7.320	(128)	7.192
Ágio- Elog	238.720	(75)	238.645
	246.040	(203)	245.837

14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A propriedade para investimento é representada por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital.

Ao custo

	Terrenos e edificações
Saldo em 31 de dezembro de 2011	51.603
Adições	1.649
Depreciação	(245)
Saldo em 31 de março de 2012	53.007

Valor justo considerando o tipo da propriedade

	31/03/2012
Edificações	83.916

O valor justo da propriedade para investimento foi estimado por peritos especializados e independentes, que adotaram a metodologia básica fundamentada pela NBR-14653 - Norma Brasileira para Avaliação de Bens da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, em suas partes 1: Procedimentos Gerais e 2: Imóveis Urbanos.

Foi utilizada, ainda, a Norma para Avaliação de Imóveis Urbanos - versão 2005, publicada pelo IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Departamento de São Paulo.

Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação do valor dos respectivos imóveis.

A Companhia e suas controladas contratam anualmente peritos especializados e independentes para estimar o valor justo da propriedade para investimento com base nas premissas anteriormente descritas.

Em 31 de março de 2012, com referência a essa operação, foram contabilizados na rubrica “Receita líquida” o valor de R$2.523 e na rubrica “Custos e despesas” o valor de R$1.830.

Notas Explicativas

A propriedade para investimento é mantida sob direito e propriedade plena.

15. IMOBILIZADO

a) Controladora (BR GAAP)

	Hardware e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	241	109	248	1.577	2.757	4.932
Adições	54	2	-	-	8	64
Baixas	-	-	-	-	(15)	(15)
Depreciação	(26)	(6)	(12)	(19)	(75)	(138)
Saldo em 31 de março de 2012	269	105	236	1.558	2.675	4.843
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	3,7	10,0	-

b) Consolidado - (IFRS e BR GAAP)

	Hardware e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Obras em andamento	Benfeitorias	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	63.470	17.109	8.300	13.866	111.580	17.541	11.498	44.569	287.933
Adições	2.300	941	232	-	172	2.342	713	6.017	12.717
Baixas	(61)	(21)	(5)	-	-	-	-	(4.486)	(4.573)
Transferências	(1.378)	(454)	(1.102)	-	-	(1.100)	184	(798)	(4.648)
Depreciação	(5.277)	(634)	(293)	-	(1.400)	-	(642)	(1.710)	(9.956)
Saldo em 31 de março de 2012	59.054	16.941	7.132	13.866	110.352	18.783	11.753	43.592	281.473
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	4,1	-	3,7	10,7	-

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Notas Explicativas

16. INTANGÍVEL

a) Controladora (BR GAAP)

	Software de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	92	92
Adições	5	5
Amortização	(9)	(9)
Saldo em 31 de março de 2012	88	88
Taxas anuais de amortização - %	20,0	-

b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Contratos de concessão	Ágio Ecosul	Software	Em andamento	Ágio - Elog Sudeste	Ágio Ecopátio Cubatão	Ágio Elog	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.459.570	7.320	25.186	8.641	55.477	3.769	238.719	27	2.798.709
Adições	38.230	-	1.351	4.476	-	-	-	-	44.057
Baixas	-	-	-	(357)	-	-	-	-	(357)
Transferências	5.394	-	(5)	(741)	-	-	-	-	4.648
Amortização	(31.711)	(128)	(2.080)	-	(2.940)	-	(74)	(12)	(36.945)
Saldo em 31 de março de 2012	2.471.483	7.192	24.452	12.019	52.537	3.769	238.645	15	2.840.112
Taxas anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	-	-	-	-	-	-

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização foram de 2,18% a 7,07% (2,05% a 6,41% em 31 de dezembro de 2011).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	-	18.464	17.896
Efeito da contabilização dos contratos de concessão	-	-	24.724	24.675
Ágio (benefício fiscal da incorporação da Ecosul Participações)	-	-	4.116	4.190
Ágio - Elog	(2.652)	(2.677)	(2.652)	(2.677)
Juros capitalizados	-	-	(3.398)	(3.218)
Outros	-	-	(675)	3.148
	(2.652)	(2.677)	40.579	44.014
Ativo diferido	-	-	67.820	68.444
Passivo diferido	(2.652)	(2.677)	(27.241)	(24.430)
	(2.652)	(2.677)	40.579	44.014

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes do ágio, que é um ativo intangível de vida útil indefinida, na controlada Elog S.A., sobre a aquisição da Elog Sudeste S.A., posteriormente incorporada, tornando o ágio dedutível, para fins de imposto de renda e contribuição social. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida não devem sofrer amortização; porém, esse ágio está sendo amortizado fiscalmente, reduzindo a base para recolhimento do imposto. Sobre o valor amortizado fiscalmente, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos de R$294.

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos trimestres os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Variação no:				
Imposto de renda corrente	30	(570)	(44.671)	(35.698)
Imposto de renda diferido	18	18	(2.503)	(3.031)
	48	(552)	(47.174)	(38.729)
Variação na:				
Contribuição social corrente	(7)	(207)	(16.302)	(12.868)
Contribuição social diferida	7	7	(891)	(1.397)
	-	(200)	(17.193)	(14.265)

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos trimestres os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	107.379	92.334	172.815	145.706
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(36.509)	(31.394)	(58.757)	(49.540)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Amortização de ágio em investimentos	-	-	(25)	(25)
Equivalência patrimonial	40.855	30.899	-	-
Outros	(4.298)	(257)	(5.585)	(3.429)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	48	(752)	(64.367)	(52.994)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente	23	(777)	(60.973)	(48.566)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferido	25	25	(3.394)	(4.428)

Notas Explicativas

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Impostos sobre faturamento:				
ISS	-	-	7.666	7.744
Cofins	168	161	6.008	5.698
PIS	36	35	1.292	1.235
ISS na fonte	1	4	923	1.167
Outros impostos	75	116	5.589	5.722
	280	316	21.478	21.566

19. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

Em 3 de janeiro de 2011, foi liquidado o saldo de contas a pagar remanescente de 31 de dezembro de 2010 no valor de R$88.025 assumido pela controlada direta Elog S.A. proveniente da aquisição das empresas Elog Sudeste S.A. e Elog Logística Sul Ltda.

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	31/03/2012	31/12/2011
Em moeda nacional:				
BNDES	15/06/2021	TJLP + 2,40% a.a.	127.786	131.871
BNDES	15/06/2021	TJLP + 2,45% a.a.	308	343
Capital de giro	24/05/2012	107,70% do CDI	6.490	6.213
Capital de giro	23/11/2011	110,20% do CDI	36.494	35.461
Capital de giro	28/10/2014	CDI + 2,03% a.a.	40.748	39.567
Capital de giro	25/11/2012	109,00% do CDI	82.973	80.883
Capital de giro	16/12/2013	TJLP + 3,90% a.a.	102	116
Cédula de crédito imobiliário	08/02/2020	IPCA + 7,20% a.a.	33.797	34.203
Equipamentos	15/10/2015	14,53% a.a.	3.252	3.410
CDB	28/11/2014	14,51% a.a.	256	353
			332.206	332.420
Em moeda estrangeira- moeda:				
Equipamentos - US$	20/01/2014	9,00% a.a. + VC	453	576
Equipamentos - EUR	25/09/2013	9,00% a.a. + VC	444	564
Equipamentos - EUR	15/10/2013	8,60% a.a. + VC	381	389
Capital de giro - US$	04/12/2015	Libor + 4,20% a.a.	13.235	13.421
Equipamentos - US$	15/03/2014	VC + 9,25% a.a.	1.171	756
Equipamentos - EUR	09/10/2015	VC + 5,82% a.a.	415	411
Equipamentos - EUR	10/04/2015	VC + 7,25% a.a.	1.012	1.067
Equipamentos - EUR	30/11/2015	VC + 8,60% a.a.	653	703
			17.764	17.887
			349.970	350.307
Circulante			165.793	161.120
Não circulante			184.177	189.187

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2012
2013	34.722
2014	38.449
2015	24.967
2016	20.871
Posteriores a 2016	65.168
	184.177

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Em 8 de março de 2010, a Ecopátio CLB Imigrantes emitiu 90 Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, com valor nominal de R$1.000, perfazendo na data de emissão R$90.000 (R$89.210, líquidos com os custos de emissão), com prazo de 119 meses. A Ecopátio CLB Imigrantes emitiu 2 cédulas de crédito imobiliário fracionárias, sob a forma escritural de Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI, representando a totalidade dos direitos creditórios. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Em março de 2007, a controlada indireta Ecopátio Logística Cubatão Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R$73.308 para financiamento de melhoria e ampliação das instalações de apoio. Foram liberadas três parcelas, totalizando R$63.507, e a amortização, em 96 parcelas, foi iniciada em maio de 2009. Para a operação de empréstimo, foi oferecida carta de fiança com garantia de liquidação pela Companhia. O contrato requer a manutenção dos índices financeiros (“covenants”), que correspondem à relação do patrimônio líquido com o passivo total, após a fase de implantação do projeto, sendo o índice exigido a partir de 2010 até o encerramento do contrato de 0,30. Tal índice deverá ser apurado anualmente com base nas informações trimestrais da Ecopátio, tendo como avalista a Companhia. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2012.

A controlada indireta Ecopátio Cubatão Ltda. possui financiamento em moeda estrangeira para aquisição de equipamentos para utilização em suas operações, que representam valores nacionais de US$8.939 mil. Esses contratos apresentam vencimentos em dezembro de 2015, tendo como contraparte Citibank N.A. A operação de “swap” em 31 de março de 2012 consiste na troca da variação da Libor acrescida de 4,20% ao ano por uma taxa fixa de 6,00% ao ano, registrada na rubrica “Despesas financeiras”, de R$3 em 31 de março de 2012 (R$17 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Em fevereiro de 2011, a controlada indireta Ecopistas firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade, no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o 1º subcrédito de R$79.200, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a setembro de 2021, em 114 parcelas. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada indireta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, incluindo sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2012.

O empréstimo refere-se à captação para capital de giro pelas controladas Ecocataratas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Ecosul e Ecopátio Logística Cubatão Ltda., a qual não exige a manutenção de índices financeiros (“covenants”). Para os empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela EcoRodovias Concessões para as concessionárias e EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e Ecopátio.

Para as operações de empréstimo foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

Em 11 de novembro de 2011, a controlada indireta Ecovia celebrou contrato de Cédula de Crédito Bancário de R$44.000 com a finalidade de capital de giro. A Ecovia através de um aditivo de contrato prorrogou o empréstimo de R$35.000 para vencimento em novembro de 2012. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Em novembro de 2011, a controlada indireta Ecosul celebrou contrato de R$36.000 com a finalidade de capital de giro, sendo a EcoRodovias Concessões e Serviços sua avalista para vencimento em novembro de 2012.

Para o empréstimo da Ecosul é exigida a manutenção de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu EBITDA deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2012.

Notas Explicativas

21. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/03/2012	31/12/2011
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	1.721	1.958
Mais de um ano e menos de cinco anos	287	641
	2.008	2.599
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	46	58
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	2.054	2.657
Circulante	1.767	2.016
Não circulante	287	641

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Ativo imobilizado” e apresenta R$5.956 e R$6.352 em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente, referentes a equipamentos e caminhões.

22. DEBÊNTURES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/03/2012	31/12/2011
Principal corrigido	1.300.607	1.291.215
Remuneração (juros)	76.442	52.058
Custos com emissão de debêntures	(18.951)	(20.074)
	1.358.098	1.323.199
Circulante	425.895	378.634
Não circulante	932.203	944.565

- A controlada direta Elog S.A. concluiu, em 20 de dezembro de 2010, a emissão de R$170.000 (R$136.000 referentes à participação de 80% da Elog S.A.) em debêntures em série única de 170 debêntures com vencimento em 11 parcelas semestrais, com a primeira a vencer em 20 de dezembro de 2012 e vencimento final em 20 de dezembro de 2017.

  A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 2,20% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

  Essa operação teve classificação de risco AA- da Fitch.

Notas Explicativas

- A controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

  A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

  A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

  Essa operação teve classificação de risco brA+ da Standard & Poors.

- A controlada indireta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses, sendo os vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

  A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

  A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

  Essa operação teve classificação de risco brAA- da Standard & Poors.

- A controlada indireta Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022 e a quarta no valor nominal de R$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

  As quatro séries, ofertadas ao mercado local, tem remuneração vinculada ao IPCA mais 8,25%, pago semestralmente e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

  Não foram registrados pagamentos de principal e de juros para as debêntures da controlada indireta Ecopistas no trimestre findo em 31 de março de 2012.

  No trimestre findo em 31 de março de 2012, a controlada indireta Ecopistas efetuou pagamento de R$8.094 no trimestre referente aos juros da primeira série.

Notas Explicativas

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias	Elog S.A.	Ecopistas
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	600.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	170 (série única)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R$1.000,00	R$10,00	R$1.000.000,00	R$1.000.000,00
Valor nominal unitário atualizado em 31 de março de 2012	1ª série - não atualizável 2ª série - R$1,24 3ª série - R$1,19	1ª série - não atualizável 2ª série - R$9,02 3ª série - R$8,62	Não atualizável	1ª série - R$1.078,58 2ª série - R$1.078,58 3ª série - R$1.078,58 4ª série - R$1.078,58
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	Não atualizável	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anul pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 1,5% ao ano 2ª e 3ª séries - 8,75% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	CDI + 2,20% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - juros remuneratórios a serem definidos em processo de “bookbuilding”, com taxa-teto correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% ao ano (252)
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/05/10 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/11 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/10 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	Parcelas semestrais (20/06/11 a 20/12/17)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/05/11 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/13 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/13 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	Parcelas semestrais (20/12/12 a 20/12/17)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	Não aplicável	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da primeira parcela a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).

Notas Explicativas

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias	Elog S.A.	Ecopistas
Instituição depositária das debêntures	Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco S.A.	SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP e CBLC	CETIP	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A	SWL Corretora Ltda.	Itaú Unibanco S.A
Agente fiduciário	Pavarini Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Itaú BBA	Planner Trustee DTVM Ltda.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2012			31/12/2011		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2013	318.297	(2.395)	315.902	332.042	(3.566)	328.476
2014	201.467	(2.250)	199.217	206.143	(2.246)	203.897
2015	114.418	(1.601)	112.817	113.139	(1.596)	111.543
2016	60.976	(1.392)	59.584	60.474	(1.387)	59.087
2017	251.292	(6.609)	244.683	248.144	(6.582)	241.562
	946.450	(14.247)	932.203	959.942	(15.377)	944.565

O contrato da controlada indireta Ecovias requer a manutenção de índices financeiros menores ou igual a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com EBITDA e índices financeiros maiores ou igual a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de março de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada direta EcoRodovias Concessões requer a manutenção de índices financeiros menores ou igual a 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 3,0 pontos em relação ao EBITDA e a despesa financeira líquida e dívida líquida menor ou igual a R$800.000 com base não consolidada, tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de março de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Companhia como fiadora deve obter manutenção do índice financeiro menor ou igual a 3,0 pontos obtidos pela razão entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses em base consolidada.

O contrato da controlada direta Elog S.A. requer a manutenção de índices financeiros em que a relação da dívida líquida e do EBITDA deve ser inferior a 2,5 pontos, o EBITDA superior a R$130.000 e o índice de cobertura de serviços de dívida superior ou igual a 1,2 ponto. Os índices serão apurados semestralmente, com base no balanço consolidado da emissora por um período de quatro semestres consecutivos. Para as debêntures foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. Os “covenants” serão exigidos após os índices financeiros serem atingidos com base nas informações trimestrais por quatro semestres consecutivos.

Notas Explicativas

O contrato da controlada indireta Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2012.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Elog S.A. (*)	Série única	20/12/10	136.000	(1.685)	134.315	CDI + 2,20%	14,60%
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	21/12/09	460.750	(6.308)	454.442	CDI + 1,50%	CDI + 2,00%
	Debêntures - 2ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75% + IPCA	9,39% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75% + IPCA	9,37% + IPCA
Ecovias	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104,00% do CDI	107,00% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,50% + IGP-M	10,32% + IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,50% + IGP-M	10,35% + IGP-M
			1.186.000	(18.824)	1.167.176		

(*) O valor total da captação das debêntures da controlada direta Elog S.A. foi de R$170.000 (R$136.000 são referentes a 80% da participação da EcoRodovias).

23. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)	
	31/03/2012	31/12/2011
Ativo não circulante:		
Concessionárias de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul (a)	36	36

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/03/2012	31/12/2011
Passivo:			
SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	1.194	260
Consórcio Serra do Mar (c)	-	1.252	1.090
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	34	66
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	664	371
	-	3.144	1.787
Resultado:			
SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	-	367
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	142	-	-
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	-	30
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	24	24
	142	24	421

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

(a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul; o valor mensal do aluguel é de R$36.

(b) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R$40.985 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R$44.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos, deste total, foram incorridos R$41.143, e há um saldo de R$2.857 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, não foram concedidas garantias aos credores e a contratação de serviços emergenciais de contenção de encosta.

(c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R$229.957, incluindo aditivo contratual, deste total, foram incorridos R$186.768, e há um saldo de R$43.189 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

(d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R$24.018, incluindo o aditivo contratual, deste total, foram incorridos R$5.678, e há um saldo de R$18.340 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária e não foram concedidas garantias aos credores.

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R$114.204, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

A CR Almeida Engenharia de Obras S.A., empresa relacionada à EcoRodovias, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a concessionária e a CR Almeida é de R$7.230. O término do contrato foi em fevereiro de 2010 e há um saldo de R$286 a incorrer com ele. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, não foram concedidas garantias aos credores e a contratação de serviços emergenciais de contenção de encosta.

O Consórcio Planalto, formado pelas partes relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias, presta serviços de ampliação da “Nova” Marginal Tietê, recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna e contratação de serviços emergenciais de contenção de encosta. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R$54.625, incluindo o aditivo contratual, deste total, foram incorridos R$54.282, e há um saldo de R$343 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária e não foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia e de suas controladas, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No trimestre findo em 31 de março de 2012, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) plano de opção com base em ações.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2012 em R$12.109 (R$12.515 para o exercício de 2011).

A remuneração paga aos administradores no trimestre está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)	
	31/03/2012	31/03/2011
Salários e ordenados	987	773
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 29.h))	559	-
Benefícios diretos e indiretos	4.528	389
	6.074	1.162

24. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura rodoviária, ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,73% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia, e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2011	Adição	Baixa	Transferência	Efeito financeiro	31/03/2012
Constituição da provisão para manutenção	436.792	16.496	-		-	453.288
Efeito valor presente sobre constituição	(97.445)	-	(3.917)	(106)		(101.468)
Realização da manutenção	(214.612)	-	(11.290)	-	-	(225.902)
Ajuste a valor presente - realizações	46.810	-	-	-	2.569	49.379
	171.545	16.496	(15.207)	(106)	2.569	175.297
Circulante	38.286					47.653
Não circulante	133.259					127.644

Notas Explicativas

25. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores provisionados para construção de obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,73% ao ano.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2011	Transferência	Efeito financeiro	31/03/2012
Constituição da provisão para obras futuras	21.078	-	-	21.078
Efeito a valor presente sobre constituição	(10.011)	106	-	(9.905)
Realização da construção	(4.238)	-	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	7.627	-	204	7.831
	14.456	106	204	14.766
Circulante	12.527			12.794
Não circulante	1.929			1.972

26. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

	31/03/2012	31/12/2011
Parcelas fixas	67.982	69.390
Parcelas variáveis	3.250	2.791
	71.232	72.181
Circulante	17.786	17.082
Não circulante	53.446	55.099

Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,5% ao ano.

Conforme o contrato de concessão da controlada indireta Ecovias firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M. Em 31 de março de 2012, restam 73 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 69,58% do total (68,33% em 31 de dezembro de 2011).

De acordo com o contrato de concessão da controlada indireta Ecopistas firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo é subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de dezembro de 2010, todas as parcelas haviam sido pagas.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas indiretas Ecovias e Ecopistas e 1% na Ecosul.

Notas Explicativas

As controladas indiretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos de riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2012	31/12/2011
2013	9.117	12.477
2014	11.464	11.394
2015	10.470	10.406
2016	9.561	9.503
Posteriores a 2017	12.834	11.319
	53.446	55.099

O Poder Concedente elaborou e a controlada indireta Ecovias concordou com o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA (a partir de julho de 2012), no entanto, as demais correções utilizadas pela Concessão serão mantidas pelo IGP-M. Se verificado o desequilíbrio econômico da Concessão, poderá haver o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação ainda deve ser aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes.

27. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Salários e outras obrigações a pagar	1.220	4.005	5.018	10.630
INSS a recolher	206	175	2.700	2.537
FGTS a recolher	87	63	793	966
IRRF a recolher	1.566	262	3.764	1.324
Provisão de férias	955	741	10.301	10.529
Contribuição sindical a recolher	4	1	237	59
Encargos sobre provisões	484	258	7.725	4.309
	4.522	5.505	30.538	30.354

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

Notas Explicativas

28. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os diversos processos em andamento são de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação do trimestre é conforme segue:

Natureza	31/12/2011	Adições	Pagamentos/ Reversões	Atualização monetária	31/03/2012
Cível (a)	29.934	156	(346)	708	30.452
Tributária (b)	2.774	176	(6)	63	3.007
Trabalhista (c)	19.926	847	(305)	380	20.848
	52.634	1.179	(657)	1.151	54.307

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outras provisões para perdas de natureza cível, totalizando R$49.035 em 31 de março de 2012 (R$19.799 em 31 de dezembro de 2011), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Na operação de logística encontram-se principalmente processos envolvendo pleitos de indenização por avarias ou perdas, oriundos de sinistros ocorridos na operação de logística. A Companhia constitui provisão para os processos avaliados como perda provável no total de R$17.013.

- Ecopátio Logística - ação civil pública

  Refere-se à ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de SP contra a Ecopátio, Clermont Silveira Castor, Markom - Comércio e Participações Ltda. e Municipalidade de Cubatão, distribuída sob o nº 2007.002117-7 (31 de agosto de 2007) à 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Cubatão - SP.

  No mérito da ação, discute-se: (i) a declaração de inadimplemento contratual envolvendo as partes da concessão anterior (Markom); (ii) a declaração da necessidade de licitação no que se refere à concessão à Ecopátio; e (iii) a declaração de nulidade do termo de transferência e aditamento de contrato de concessão dos direitos reais de uso do imóvel do município de Cubatão - SP.

  Em 29 de maio de 2007, a liminar foi deferida em parte pelo MM. Juiz para determinar a cessação das atividades no local, sob pena de multa. A referida liminar foi parcialmente cassada pelo Tribunal de Justiça.

  Em 18 de outubro de 2010, foi despachada petição solicitando o reconhecimento dos efeitos do julgamento de ação popular movida por José Pereira e, por consequência, a sua extinção. O Juiz não acolheu o pedido de extinção da demanda, mas revogou a liminar concedida no início da ação, permitindo a realização de todos os investimentos previstos no contrato de concessão.

Notas Explicativas

Contra a decisão que não extinguiu a demanda foi interposto recurso de Agravo de Instrumento (em 6 de julho de 2011). Em 14 de dezembro de 2011, esse recurso foi julgado a favor da Ecopátio, determinando a extinção da ação civil pública, sem apreciação do mérito, considerando que a decisão definitiva da ação popular movida por José Pereira já apreciou matéria idêntica. Aguarda-se a publicação desse acórdão, após esse fato será iniciada a contagem do prazo para interposição de recursos pela Procuradoria de Justiça. A extinção da ação tornou-se definitiva, conforme certidão de trânsito em julgado datada de 14 de março de 2012.

A probabilidade de perda dessa demanda é remota.

(b) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2011, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R$13.429 (R$12.944 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários são conforme segue:

(i) Uma das principais demandas refere-se a processo administrativo fiscal da controlada direta Ecovias dos Imigrantes decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2010, restando o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias dos Imigrantes, para reduzir o valor originalmente discutido de R$81.000 para aproximadamente R$11.457, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação à imputação de juros proporcionais. Em 17 de janeiro de 2012 foi realizado o julgamento do recurso apresentado pela Ecovias ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (CARF), tendo sido proferida decisão favorável para cancelar integralmente o Auto de Infração. Atualmente, o processo aguarda a notificação formal da decisão, existindo a possibilidade de apresentação de recurso administrativo pela Fazenda Nacional.

(ii) Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais.

Para a operação de logística, não existem outros processos de natureza tributária (R$446 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão, sendo o principal processo tributário o que segue:

(iii) Processo administrativo decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil imputando alíquotas de 50% de Imposto de Importação - II e de 50% de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre base de cálculo arbitrada, alegando descrição genérica de produtos, além de extravio ou consumo de mercadorias importadas por terceiros, totalmente desvinculados e distintos da Companhia, mera prestadora de serviços de armazenagem e sem relação alguma com a operação de importação desses terceiros. O valor está previsto em R$19.196. O processo encontra-se em análise no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e não houve constituição de provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas.

Notas Explicativas

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de março de 2012, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R$20.400, dos quais (80% referentes à participação da Companhia) se referem à operação de logística (R$13.709 em 31 de dezembro de 2011), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A Companhia possui uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, sendo o valor da condenação atualizado em 31 de março de 2012 de R$6.691 (R$5.192 em 31 de dezembro de 2011). Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Os consultores legais e a Administração avaliam a causa como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão. Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R$6.439.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

a) Capital social

Em 31 de março de 2012, o capital social subscrito e integralizado de R$1.320.549 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Oferta pública de ações

Em 6 de abril de 2010, o capital social foi integralizado em R$874.000, mediante a oferta pública de 92.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal, no valor unitário de R$9,50. Como consequência, o capital social da Companhia passou de R$466.699 para R$1.320.549, mediante a emissão de 92.000 ações ordinárias.

Descrição	31/03/2010
Ações primárias	92.000
Preço de emissão - R$	9,50
Aumento de capital	874.000
Ações secundárias	33.220
Lote suplementar - secundária	18.783

De acordo com o Contrato de Adesão assinado com a BMF&BOVESPA, a Companhia cumpriu o requisito de que 25% de ações de sua emissão estejam em circulação no mercado.

Notas Explicativas

Em 30 de abril de 2010, o Coordenador Líder exerceu a opção exclusiva que lhe foi outorgada pela Companhia e por seu acionista Primav Construções e Comércio S.A., para a distribuição de um lote suplementar de ações (“ações do lote suplementar”), tendo sido colocadas 18.783.000 ações de titularidade unicamente da Primav Construções e Comércio S.A. (ações secundárias), nas mesmas condições e preço da oferta inicial das ações. Esse lote suplementar foi destinado exclusivamente a atender ao excesso de demanda. A oferta totalizou R$1.368.028.

d) Custos de captação

São os gastos relativos à oferta pública de ações. Esses gastos incorridos totalizaram R$20.150 em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011), líquidos dos efeitos fiscais.

e) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 31 de março de 2012, o saldo é de R$90.751.

f) Reserva de retenção de lucros - dividendos e orçamento de capital

A reserva de retenção de lucros em 2011 foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos em orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária, e também para proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

g) Dividendos propostos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do período, após constituição da reserva legal prevista em lei e da reserva estatutária.

h) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aos diretores e empregados. O Conselho de Administração é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

Notas Explicativas

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações (“contrato”), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 1.897.809 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª Outorga 31/08/2010	2ª Outorga 21/03/2011
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045
Preço de período - R$ por ação	R$9,95	R$12,80
Índice de reajuste	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No trimestre findo em 31 de março de 2012 foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R$559 (R$567 em 31 de março de 2011).

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª Outorga	2ª Outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	(21.942)
Canceladas	(17.553)	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	646.269	1.212.045	1.858.314
Exercidas	(137.877)	-	(137.877)
Em 31 de março de 2012	508.392	1.212.045	1.720.437

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

No trimestre findo em 31 de março de 2012, foram exercidas 137.877 ações ordinárias, pelo preço médio de R$13,46 por ação.

Notas Explicativas

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio de período por ação em R$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R$	Total	Prazo para exercer
2012	12,40	474.452	4,42	2.097	11 meses
2013	12,40	474.452	5,79	2.747	23 meses
2014	12,40	474.452	6,98	3.312	35 meses
2015	12,40	303.012	3,66	1.109	47 meses
		1.726.368	5,21	9.265	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

Condições	Prazo
25% das opções (do total de 1.897.809 ações)	Após 12 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 1.897.809 ações)	Após 24 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 1.897.809 ações)	Após 36 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 1.897.809 ações)	Após 48 meses de prestação de serviço

i) Reserva de capital

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, observados:(1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias em circulação no mercado
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.
- A Companhia mantém em tesouraria 11.625 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 31 de março de 2012, de R$155. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 30 de março de 2012 é de R$185.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R$33.298, transferido para a rubrica “Reserva de capital”, conforme determinado em Estatuto Social.

Notas Explicativas

j) Participações dos acionistas não controladores

	31/03/2012	31/12/2011
Saldo inicial	3.041	6.664
Participação nos lucros	1.021	4.549
Efeito na participação dos acionistas não controladores	(998)	(8.172)
Saldo final	3.064	3.041

30. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Ecovias

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A controlada indireta iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, através do Termo Aditivo e Modificativo "TAM" 08/2006, compensou, até 30 de novembro de 2011, vigência do referido termo, o valor de R$241.659 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão.

Assim, a partir de 1° de dezembro de 2011, a controlada indireta Ecovias não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa.

31. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/03/2011
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	186.036	173.968
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	166.172	131.587
Vale-pedágio e pedágio em cupons	34.598	31.858
Outras	863	792
	387.669	338.205
Receitas com construção	39.871	32.108
Receita de logística e de prestação de serviços (b) e (d)	85.777	75.374
Receitas acessórias (c)	13.359	11.909
Receita bruta	139.007	119.391
Deduções de receita (e)	(51.074)	(35.198)
Receita líquida	475.602	422.398

Notas Explicativas

(a) Refere-se às receitas de prestação de serviços da controlada em conjunto Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP relativas a taxas de adesão e manutenção de pedágio eletrônico.

(b) Refere-se às receitas das empresas de logística relativas ao pátio de estacionamento de caminhões, depósito e reparos de contêineres e de Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - Redex.

(c) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(d) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

(e) A partir de 1° de dezembro de 2011, a controlada indireta Ecovias não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa, vide nota explicativa n°30.

32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora (BR GAAP)	
	31/03/2012	31/03/2011
Pessoal	6.787	4.506
Conservação e manutenção	303	119
Serviços de terceiros	5.830	2.614
Seguros	116	26
Depreciação e amortização	275	286
Locação	423	447
Outros	1.198	620
	14.932	8.618
Classificados como-		
Despesas gerais e administrativas	14.932	8.618

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/03/2011
Pessoal	61.854	50.480
Conservação e manutenção	13.703	18.127
Serviços de terceiros (*)	37.955	30.944
Seguros	3.754	3.052
Depreciação e amortização	47.146	41.092
Poder Concedente	9.229	11.332
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	11.171	11.676
Provisão para manutenção	16.496	14.291
Custo de construção de obras	39.871	32.108
Outros	20.340	15.397
	261.519	228.499
Classificados como-		
Custo dos serviços prestados	221.027	199.358
Despesas gerais e administrativas	40.492	29.141
	261.519	228.499

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de consultoria, serviços de limpeza, serviços de frete, escoltas, gerenciamento de riscos e vigilância.

Notas Explicativas

33. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	2.473	9.583	17.270	33.564
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	328	479	1.156	801
Outras	-	-	2.354	1.569
	2.801	10.062	20.780	35.934
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	-	-	(32.556)	(38.929)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(9.064)	(14.168)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(9.513)	(18.672)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(1.846)	(3.507)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-	(1.123)	(819)
Despesas bancárias	(3)	(2)	(679)	(671)
Ajuste a valor presente - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(2.773)	(4.470)
Outras	(681)	(12)	(4.471)	(2.663)
	(684)	(14)	(62.025)	(83.899)
Resultado financeiro	2.117	10.048	(41.245)	(47.965)

Notas Explicativas

34. LUCRO POR AÇÃO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,19	0,16	0,19	0,16
Lucro diluído por ação das operações continuadas	0,19	0,16	0,19	0,16

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Lucro do trimestre atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	107.427	91.582	107.427	91.582
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	556.979	558.013	556.979	558.013

b) Lucro diluído

O lucro utilizado na apuração do lucro por ação diluído é o seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Lucro utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	107.427	91.582	107.427	91.582

Notas Explicativas

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	558.699	558.699	558.699	558.699
Opções de empregados	1.720	686	1.720	686
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	556.979	558.013	556.979	558.013

35. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No trimestre findo em 31 de março de 2012, a participação nos lucros e resultados foi de R$3.678 (R$2.365 em 31 de março de 2011), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

36. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados nas notas explicativas nº 20, nº 21 e nº 22, deduzidos pelo caixa e saldos de caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações dos acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 29).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não apresentavam saldo de ativo ou passivo relevante denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários-vinculados: são formados por CDB, remunerados a taxas que variam entre 98,0% e 106,2% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 20, nº 21 e nº 22.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Dívida (a)	-	-	1.710.122	1.676.163
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(280.651)	(87.066)	(730.614)	(671.858)
Dívida líquida	(280.651)	(87.066)	979.508	1.004.305
Patrimônio líquido (b)	1.940.130	1.882.060	1.943.194	1.885.101
Índice de endividamento líquido	(0,14)	(0,05)	0,50	0,53

(a) A dívida é definida como empréstimos circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21.

Notas Explicativas

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de março de 2012 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	27.733	27.733
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	169.931	169.931
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	702.881	702.881
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	98.301	98.301
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	349.970	362.787
Arrendamento mercantil financeiro	Outros passivos financeiros	2.054	2.054
Debêntures (d)	Outros passivos financeiros	1.358.098	1.321.473
Credor pela concessão (d)	Outros passivos financeiros	71.232	54.802

(a) Os saldos de clientes e fornecedores possui prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Calculados por meio de fluxo de caixa descontado de acordo com a taxa de 5,84% ao ano, com base nas parcelas a vencer.

(d) Calculadas através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme preço unitário - PU atualizado em 31 de dezembro de 2011.

(e) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Credor pela concessão”.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

a) Riscos da taxa de câmbio

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela controlada indireta Ecopátio Logística Cubatão Ltda., com quem possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2011, as controladas indiretas Ecopátio Logística Cubatão Ltda., Elog Logística Sul Ltda. e Elog Sudeste S.A. possuem os seguintes contratos em moeda estrangeira:

	31/03/2012	
Credor	R$	Moeda
Nordea Bank Finland PLC	1.624	US$
Nordea Bank Finland PLC	2.904	€
Citibank	13.235	US$

b) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2012, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R$49.433 (R$61.441 em 31 de dezembro de 2011), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	2012	2013	2014	2015 em diante	Total
BNDES	TJLP + 7,40% a.a.	17.423	12.618	16.771	81.281	128.093
Capital de giro	CDI + 2,03% a.a.	14.538	12.971	13.238	-	40.747
Capital de giro	108,99% do CDI	125.957	-	-	-	125.957
Capital de giro	TJLP + 3,90% a.a.	59	44	-	-	103
Finame	TJLP + 5,46% a.a.	890	622	798	941	3.251
Cédula de Crédito Imobiliário	14,51% a.a.	85	71	100	-	256
Cédula de Crédito Imobiliário	IPCA + 7,20% a.a.	1.657	3.966	3.370	24.803	33.796
Equipamentos (moeda estrangeira)	VC + 8,22% a.a.	1.721	1.172	913	724	4.530
Capital de giro (moeda estrangeira)	Libor + 4,20% a.a.	3.463	3.258	3.258	3.258	13.237
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	139.243	119.965	86.539	-	345.747
Debêntures	IPCA + 8,50% a.a	269.904	171.419	88.230	343.721	873.274
Debêntures	CDI + 2,20% a.a.	16.748	24.518	24.448	73.363	139.077
Credor pela Concessão	IGP-M	17.786	9.117	11.464	32.865	71.232
Arrendamento mercantil financeiro	17,36% a.a.	1.767	-	223	64	2.054

TJLP em 31 de março de 2012- 1,9741.

CDI em 31 de março de 2012 - 11,39%

IPCA em 31 de março de 2012 – 5,24%.

IGPM em 31 de março de 2012 - 3,23%

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

Notas Explicativas

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre a 1ª série das debêntures – Ecovias	Alta do CDI	12.984	15.310	17.608
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures – Ecovias	Alta do IGP-M	38.202	40.793	43.383
Juros sobre a 1ª, 2ª e 3ª séries das debêntures – EcoRodovias Concessões e Serviços	Alta do IPCA	87.026	99.642	112.165
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures – Ecopistas	Alta do IPCA	287.879	317.191	346.500
Juros sobre debêntures - série única - Elog	Alta do CDI	80.764	97.117	113.271
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	30.470	37.026	44.997
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	38.141	47.676	57.210

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2011 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

Risco de mudança nas taxas de câmbio

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do US$	1.637	1.749	1.771
Empréstimos e financiamentos	Alta do EUR	486	597	646

Notas Explicativas

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	11,39%	14,24%	17,08%
IGP-M (b)	3,23%	4,04%	4,85%
IPCA (c)	5,24%	6,55%	7,86%
TJLP (d)	1,974	2,47	2,96
US$ (e)	1,8221	2,1071	2,1642
EUR (f)	2,4300	2,5963	2,6296

(a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de março de 2012.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M em 31 de março de 2012.

(c) Refere-se à taxa do IPCA em 31 de março de 2012.

(d) Refere-se à TJLP em 31 de março de 2012.

(e) Refere-se à taxa do dólar norte-americano em 31 de março de 2012.

(f) Refere-se à taxa do euro em 31 de março de 2012.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

37. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o empregado contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do empregado. No trimestre findo em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R$331 (R$301 em 31 de março de 2011), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Notas Explicativas

38. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de março de 2012, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R$791 milhões
Empilhadeiras e equipamentos	R$2,7 milhões
“All Risk” - responsabilidade civil	R$1,5 milhões
“All Risk” - patrimoniais e danos materiais	R$5,3 milhões
Seguro-sede	R$5 milhões
“All Risk” - perda de receita	R$1,3 milhões
Veículos	Tabela FIPE
“All Risk” - risco de engenharia	R$152 milhões
All Risk – Operador Portuário	USD300 milhões
Multi-risco	R$470 milhões

39. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo de R$60 mensais do início até o 11º ano e de R$66 mensais do 12º ano até o final do contrato.

b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R$10 mensais até o 11º ano e de R$11 mensais do 12º ano ao final do contrato.

Notas Explicativas

c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/03/2012	31/03/2011
Receita de construção	2.488	2.345
Custos de construção	(2.488)	(2.345)
	-	-

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Notas Explicativas

Em 21 de dezembro de 2006, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R$87.000 (R$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.

- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/03/2012	31/03/2011
Receita de construção	8.184	9.955
Custos de construção	(8.184)	(9.955)
	-	-

Em 31 de março de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R$424.315 (R$433.613 em 31 de dezembro de 2011).

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de

Notas Explicativas

concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o final do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2011, a parcela reajustada é de R$216.

b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Notas Explicativas

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/03/2012	31/03/2011
Receita de construção	13.825	1.148
Custos de construção	(13.825)	(1.148)
	-	-

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do período.

De acordo com o contrato de concessão, a Ecocataratas não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.

b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.

c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.

d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.

Notas Explicativas

e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.

f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.

g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R$595.157 (R$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, ela será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

a) Prorrogação do prazo de concessão.

b) Revisão tarifária.

c) Revisão do cronograma de investimentos.

d) Utilização do ônus fixo.

e) Emprego de verbas do tesouro.

f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim, porém os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/03/2012	31/03/2011
Receita de construção	11.280	13.646
Custos de construção	(11.280)	(13.646)
	-	-

Em 31 de março de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R$317.568 (R$329.633 em 31 de dezembro de 2011).

Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/03/2012	31/03/11
Receita de construção	4.094	5.014
Custos de construção	(4.094)	(5.014)
	-	-

Em 31 de março de 2012 os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R$67.366 (R$70.475 em 31 de dezembro de 2011).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do período.

40. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA E ECOCATARATAS

As controladas Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão de ambas é novembro de 2021). A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou recursos em instância superior, ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminares, a maioria já confirmada em todas as instâncias, parte por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de duas leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias a categorias determinadas de usuários das rodovias. Em ambos os casos, as decisões judiciais nas ações que discutiram a validade de tais leis foram favoráveis às concessionárias, inclusive com trânsito em julgado no mandado de segurança impetrado em razão da lei que pretendia isenção tarifária aos veículos emplacados nos municípios das praças de pedágio. Tanto a Ecovia quanto a Ecocataratas buscam, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma delas, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela anterior Administração Estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, isto é, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

Notas Explicativas

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

41. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se a transações de integralização de capital, incorporação de empresas e aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

42. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decidion-Maker - CODM”).

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul.

b) Logística

Os sistemas logísticos são formados pela integração entre as concessões rodoviárias do Grupo e situadas em áreas estratégicas do território brasileiro com plataformas logísticas, que visam integrar terminais logísticos intermodais, terminais portuários, terminais retroportuários, centros de distribuição, recintos alfandegários e portos, bem como a prestação de serviços integrados de logística, sempre buscando um diferencial de valor agregado.

Notas Explicativas

c) "Holding" e serviços

Referem-se a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O segmento compreende a operação dos serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - AVI no Brasil.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma em 31 de março de 2012:

- Concessões: 81,57%.
- Logística: 15,63%.
- "Holding" e serviços: 2,80%.

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2. O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos para 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas informações intermediárias, bem como as políticas contábeis aplicadas:

Contas de resultado

	31/03/2012					
	Receita líquida	Lucro (Prejuízo) líquido	Depreciação e amortização	Receita financeira	Despesa financeira	Imposto de renda e contribuição social
Concessões	388.052	112.685	(36.478)	13.080	(50.051)	(60.068)
Logística	74.241	(7.510)	(8.997)	4.056	(10.840)	(2.204)
"Holding" e serviços	13.309	2.252	(1.671)	3.644	(1.134)	(2.095)
Consolidado	475.602	107.427	(47.146)	20.780	(62.025)	(64.367)

	31/03/2011					
	Receita líquida	Lucro (Prejuízo) líquido	Depreciação e amortização	Receita financeira	Despesa financeira	Imposto de renda e contribuição social
Concessões	344.493	87.167	(32.346)	20.127	(73.306)	(48.367)
Logística	67.122	(5.814)	(7.491)	5.135	(10.173)	(2.183)
"Holding" e serviços	10.783	11.359	(1.255)	10.672	(420)	(2.444)
Consolidado	422.398	92.712	(41.092)	35.934	(83.899)	(52.994)

Notas Explicativas

Contas patrimoniais

	31/03/2012			31/12/2011		
	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Ativo Não circulante	Ativo total	Passivo circulante
Concessões	1.150.204	1.515.119	718.343	1.059.304	1.486.058	674.492
Logística	538.590	654.758	83.870	537.116	671.296	90.441
"Holding" e serviços	1.603.878	2.045.426	86.234	1.682.385	1.999.083	96.898
Consolidado	3.292.672	4.215.303	888.447	3.278.805	4.156.437	861.831

43. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e de suas controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de maio de 2012.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

São Paulo - SP

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas demonstrações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo comas normas de auditoria, e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos
Informações intermediárias do valor adicionado
Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelo IAS 34, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de maio de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU — Ismar de Moura
Auditores Independentes — Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 — CRC nº 1 SP 179631/O-2

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão somente para fins de identificação.